

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SARA HELENA DA CRUZ

*ECOVILAS NO CONTEXTO BRASILEIRO: A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE
CONTRACULTURAS ESPACIAIS NA CONFORMAÇÃO DE NOVAS
TERRITORIALIDADES*

São Paulo

2024

SARA HELENA DA CRUZ

***ECOVILAS NO CONTEXTO BRASILEIRO: A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE
CONTRACULTURAS ESPACIAIS NA CONFORMAÇÃO DE NOVAS
TERRITORIALIDADES***

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Valeria de Marcos

São Paulo

2024

AGRADECIMENTOS

O encerramento da jornada pela graduação em Geografia não teria se concretizado sem a participação de pessoas tão queridas, que fizeram desse percurso algo tão especial, cheio de aprendizados e novas experiências, e que também me ajudaram a construir esse TGI.

Agradeço a Deus e à minha família por todo o suporte, sem o qual não superaria os obstáculos e conflitos que eventualmente apareceram. Minha mãe, Maria da Conceição, meu pai, Ricardo Aparecido, e meus irmãos, Ana Carolina e André Guilherme, sempre estiveram ao meu lado e me acolheram, confiaram que eu era capaz de finalizar essa etapa e torceram por mim, assim como meus avós e demais parentes.

Ao meu grupo de amigas, Bruna Fligeri, Caroline Correa, Myllena Calado, Mayara Zhou e Flora Naomi, eu agradeço por compartilharem comigo os momentos da graduação, tanto de trabalhos e estudos quanto de diversão.

À minha orientadora, querida Valerinha, eu agradeço pela paciência e apoio, pelas correções detalhadas, as quais foram me ensinando a desenvolver uma postura mais crítica e reflexiva, e pela dedicação e atenção à minha pesquisa. Além de uma referência de professora, é, também, uma grande geógrafa, na qual me inspiro.

Aos demais colegas e professores da geografia, obrigada pelas aulas, pelos trabalhos de campo e pelas reflexões proporcionadas ao longo do curso. Já às professoras da banca, Glória e Florence, eu agradeço por terem aceitado o convite para avaliar essa pesquisa, que se iniciou em 2021, quando meu projeto foi aprovado para bolsa.

Por fim, agradeço à Universidade de São Paulo e à CNPq, instituições que possibilitaram essa jornada, e ao SITIOM, comunidade que gentilmente me recebeu para a realização do trabalho de campo e me mostrou que um outro viver, mais sustentável, é possível.

A transformação não é algo que se espera para um futuro longínquo, como sugeria a ideia de revolução, mas se dá em tempo presente: começa com a transformação da subjetividade e das relações interpessoais, das práticas cotidianas. Trata-se da prefiguração, embora sempre incompleta, da sociedade desejada.

(Miriam Lang)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar, a partir do entendimento do funcionamento e das dinâmicas relativas às ecovilas brasileiras, se estas corresponderiam às experiências que produzem contraculturas e territorialidades alternativas ou em quais dimensões poderiam ser interpretadas desse modo, baseando-se no estudo de caso do espaço permacultural SITIOM. Para isso, adotou-se como metodologias e procedimentos de pesquisa a revisão bibliográfica dos principais conceitos relacionados à temática (ecovilas, territorialidades e contraculturas espaciais) e o trabalho de campo, baseado na observação-participante, para a comunidade do estudo de caso. Como resultados, observou-se que as ecovilas, quando genuínas e comprometidas com a sustentabilidade, transformam lugares já existentes, em uma construção social que envolve novas formas de produção e gestão de recursos. Desse modo, dessas comunidades podem se derivar territorialidades contestadoras do sistema hegemônico, e, portanto, alternativas às territorialidades capitalistas.

Palavras-chave: ecovilas; contraculturas espaciais; territorialidades; permacultura; comunidade; sustentabilidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapeamento das ecovilas brasileiras (SIQUEIRA, 2015).....	17
Figura 2: Mapeamento das ecovilas e comunidades regenerativas brasileiras (Rede CASA Brasil, 2022)	18
Figura 3: Vista da frente do casarão onde ficava os moradores e a maior parte dos voluntários	33
Figura 4: Tarefas da zeladoria	34
Figura 5: Almoço coletivo na sala de jantar do casarão	35
Figura 6: Abertura de um canteiro para o plantio de batata-doce e mandioca	38
Figura 7: Produção de pães com flores comestíveis.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As fases contraculturais (ARRUDA, 2018)	23
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. AS ECOVILAS ENQUANTO FENÔMENOS GEOGRÁFICOS E A REALIDADE BRASILEIRA.....	10
2. OLHARES SOBRE AS ECOVILAS E AS CONTRADIÇÕES CONSTITUINTES DESSE FENÔMENO	19
3. A EXPERIÊNCIA NO ESPAÇO PERMACULTURAL SITIOM: A POTENCIALIDADE DO VIVER COMUNITÁRIO.....	31
3.1 Os percursos até o SITIOM	48
3.2 A visão da natureza, sustentabilidade e permacultura	50
4. ECOVILAS: UMA TERRITORIALIDADE ALTERNATIVA?	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
BIBLIOGRAFIA	55
ANEXO 1	59
ANEXO 2	62
ANEXO 3	63
ANEXO 4	65

INTRODUÇÃO

Frente ao desenvolvimento atual do modo de produção capitalista e às crises que são a ele inerentes e hoje representam a condição do mundo contemporâneo – entre as quais merecem destaque as crises civilizacional e ecológica (SANTOS JÚNIOR, 2006) – existem espacialidades que propõem uma nova lógica de produção do espaço, na contramão da lógica e do paradigma capitalista. Dentre essas experiências espaciais concretas que buscam uma nova possibilidade de produção espacial, com expressões de valores, princípios e práticas distintas, de resistência e até mesmo subversivas em relação à lógica dominante, está o fenômeno socioespacial das ecovilas.

As ecovilas podem ser definidas como comunidades intencionais – e, portanto, resultantes da escolha consciente dos indivíduos que a compõem –, preferencialmente rurais, sustentáveis e de proporções mais humanizadas (escala reduzida, local, tanto do ponto de vista da área que ocupam quanto do número de integrantes), que buscam a autossuficiência e um estilo de vida de baixo impacto e de alta qualidade ambiental, além de relações interpessoais mais cooperativas e solidárias (ROYSEN, 2013). No entendimento de Silva (2013), o movimento das ecovilas, institucionalizado a partir de 1995 com a criação da Rede Global de Ecovilas (GEN, na sigla em inglês), faz parte da fase atual das contraculturas espaciais. Tal fase foi iniciada na década de 1990 com a agudização das contradições e dos conflitos socioambientais engendrados pelo movimento de reprodução do capital, sendo também o período de maior divulgação e multiplicação desse tipo de comunidade. Assim, as ecovilas são entendidas pelo autor como microexperimentos de organização e produção socioespacial nascidos a partir da tentativa de contestação e subversão em relação à ordem dominante.

Uma das características das contraculturas espaciais é que elas se realizam na escala do lugar, “onde o nível privado e a esfera do cotidiano ganham primazia e tornam-se o *locus* privilegiado no qual são experimentadas e desenvolvidas técnicas, práticas e solidariedades distintas” (SILVA, 2013, p.8). Assim, na qualidade de contraculturas espaciais, as ecovilas, com seu foco explícito e específico na sustentabilidade, tentam provar a viabilidade de um novo estilo de vida, de produção e de relação com a natureza e com outras pessoas, além da relação das pessoas consigo mesmas.

Para além dessa definição idealizada de ecovila e de sua suposta qualidade de contracultura espacial, faz-se necessário entender se, e em caso positivo, de que maneira, as ecovilas criam um contraponto à sociedade urbana contemporânea e a seus valores e se

apresentam como uma alternativa a esse modelo de vida, bem como compreender como é a sua relação com o capitalismo. E é pela proposta de construção de novas relações sociais e de poder e pela busca de uma relação com o território (e especificamente com a natureza) diferenciada em relação aos contextos que as envolvem que no presente trabalho buscamos compreender se, e em caso positivo como, as ecovilas, na construção de uma contracultura espacial, podem produzir novas territorialidades.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar, a partir do entendimento do funcionamento e das dinâmicas relativas às ecovilas brasileiras, bem como do estudo de caso de uma ecovila a partir de um trabalho de campo, se estas corresponderiam a experiências que produzem contraculturas e territorialidades alternativas ou em quais dimensões poderiam ser interpretadas desse modo. Complementando esse objetivo geral, os objetivos específicos são: resgatar historicamente o movimento das ecovilas e seu surgimento no mundo e no Brasil, buscando compreender como a ecovila escolhida se insere nesse contexto; observar a organização interna da ecovila estudada e identificar as práticas, os conhecimentos, as técnicas e os valores, afetos e símbolos que possam qualificá-la (ou não) como uma contracultura espacial, assim como as possíveis rupturas com a lógica capitalista hegemônica; reconhecer e compreender as conquistas e os limites decorrentes do tipo de projeto adotado por essa ecovila e a que perfis de sujeitos ele se destina, como também suas potencialidades no caminho para uma nova maneira de produzir e se relacionar com o território, com a natureza e com outros indivíduos; por fim, compreender de que maneira a pandemia do novo Coronavírus, desde 2020, afetou as práticas, as relações e o funcionamento das ecovilas brasileiras.

Para a realização dessa pesquisa, o trabalho de campo foi essencial. Esse foi realizado no SITIOM (Sítio Maracananduva) em Vargem Grande Paulista – SP, um espaço permacultural classificado como ecovila na plataforma *Worldpackers*¹. Dentro dessa plataforma, a experiência nesse espaço é apresentada pelo projeto “Agroecologia, Permacultura, Gastronomia e Ecopedagogia no SITIOM”. Como o SITIOM estava ligado à vida em comunidade e à busca da sustentabilidade, era uma localidade próxima à metrópole paulistana e se utilizava do conceito de ecovila para a definição de seu projeto na referida plataforma, optou-se por ele para a realização do trabalho de campo.

¹ Plataforma colaborativa que reúne diferentes tipos de projetos e experiências abertas a visitas e intercâmbios através de voluntariados e trocas de habilidades.

Os principais procedimentos realizados em campo foram a prática da observação, entrevistas, fotografias e anotações no diário de campo (uma forma de registro de observações, comentários e reflexões, de uso pessoal do pesquisador), seguindo os princípios dos métodos da observação e da pesquisa participantes. Estes são métodos qualitativos de investigação do objeto estudado, caracterizados pela imersão do pesquisador na comunidade e pela necessidade de um olhar atento para o fenômeno. Nesse caso, o pesquisador não é apenas um espectador, mas obtém informações por meio da vivência do fenômeno por si mesmo. Tanto a pesquisa quanto a observação participantes permitem uma melhor compreensão dos hábitos, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade (CAMPOS *et al*, 2021), configurando uma pesquisa realizada com profundidade, de modo a desvendar as dimensões dessa vida comunitária a partir de uma aproximação maior e da construção de relações de confiança com as pessoas que lá vivem, razão pela qual foram esses os métodos foram escolhidos para orientar o modo como o trabalho de campo seria feito.

Para as entrevistas, consentidas por todos os moradores e voluntários do SITIOM, foram, previamente à ida a campo, elaborados roteiros de questões que iriam basear a realização das entrevistas (disponíveis nos anexos 1 e 2). Os roteiros foram pensados de modo diferenciado para moradores e voluntários, visto que os últimos têm uma experiência diferente por não estarem envolvidos nos núcleos específicos de trabalho e pelo fato de estarem vivendo a experiência por um intervalo de tempo mais curto.

Os resultados dessa pesquisa, baseada nas metodologias citadas, foram organizados ao longo do trabalho em quatro capítulos. O primeiro, *As ecovilas enquanto fenômenos geográficos e a realidade brasileira*, busca situar esse fenômeno na geografia brasileira e apresenta algumas definições do conceito; o segundo, *Olhares sobre as ecovilas e as contradições constituintes desse fenômeno*, traz algumas interpretações sobre essas comunidades, aborda o conceito de contracultura espacial e discorre sobre as problemáticas relacionadas às suas práticas concretas; o terceiro capítulo, *A experiência no espaço permacultural SITIOM: a potencialidade do viver comunitário*, é voltado para a descrição e análise do trabalho de campo, falando sobre a organização e as práticas realizadas na comunidade; e, por fim, o quarto capítulo, *Ecovilas: uma Territorialidade Alternativa?*, relaciona essas comunidades com a produção de novas territorialidades, alternativas às territorialidades capitalistas.

1. AS ECOVILAS ENQUANTO FENÔMENOS GEOGRÁFICOS E A REALIDADE BRASILEIRA

Embora estejam relacionadas a uma produção espacial específica e apoiadas na ideia de lugar, as ecovilas, um fenômeno relativamente recente, ainda são pouco estudadas pela geografia e experiências pouco conhecidas pela academia ou pela sociedade como um todo. Apenas dois geógrafos brasileiros estudaram sobre o tema (SANTOS JÚNIOR, 2006 e 2016, e SILVA, 2013 e 2014) e, também em outros campos do conhecimento, como arquitetura, psicologia e economia, os estudos podem ser localizados temporalmente no Brasil desde o começo do século XXI, intensificando-se desde a segunda década deste século.

A ligação da geografia, principalmente em suas correntes cultural e socioambiental, com o movimento das ecovilas é clara, visto que as ecovilas são formadas por grupos de pessoas que se fixam em determinados pontos do espaço, efetivando relações entre a sociedade (na forma de comunidade) e a natureza. Essas relações são geralmente estabelecidas seguindo determinados princípios, principalmente os permaculturais que, segundo Rocha (2017), são pensados de acordo com uma ética baseada em valores humanistas e ecológicos, em um sistema de design integrado que se adapta a diferentes contextos culturais e geográficos, visando uma “cultura permanente sustentável”. Em outras palavras, a permacultura, que articula tanto aspectos técnicos quanto éticos, sendo, de acordo com Letícia Santos (2015), um dispositivo de ressignificação do espaço geográfico, tem sido a base da organização e de produção espacial de muitas dessas experiências (SILVA, 2013).

Pode-se definir as ecovilas como comunidades intencionais, as quais são “originadas por intenção, a partir da iniciativa de pessoas que optaram por viver juntas por meio de uma organização comunitária com recursos compartilhados, baseada em valores comuns, de forma planejada” (ROCHA, 2017, p. 57 apud GILMAN, 1992). Uma característica que se liga à ideia de comunidade intencional e que as bibliografias sobre as ecovilas abordam é que essas comunidades são iniciativas *bottom up* (de baixo para cima) e *grassroots* (que nascem da base social), pelo fato que, geralmente, são construídas “de baixo”, ou seja, a partir da base da sociedade, por indivíduos comuns, e não a partir da imposição de uma instituição ou autoridade. Além disso, a questão ambiental é considerada norteadora desse tipo de comunidade, o que traz uma outra ideia presente na definição desse conceito que é a ideia de sustentabilidade e permanência no tempo. Assim, as ecovilas podem ser consideradas como comunidades intencionais, alternativas (por serem pensadas a partir de outros princípios que não exclusivamente do modo de produção vigente) e sustentáveis. Há, portanto, esse enfoque tanto

na ideia de comunidade quanto na ideia de sustentabilidade, o que fez com que Rocha (2017) considerasse que a maior contribuição das ecovilas ao campo propositivo da ação é a constatação de seu empenho dedicado à coexistência harmônica entre questões sociais e ambientais.

O conceito de sustentabilidade, no entanto, não é consensual entre os autores que escrevem sobre o tema, havendo diferença na quantidade de dimensões envolvidas para a sua compreensão. Apesar disso, quatro dimensões estão sempre presentes na qualidade do que se entende por uma experiência sustentável: a dimensão social, a dimensão ecológica, a dimensão econômica e a dimensão cultural². Nesse sentido, as ecovilas apresentariam práticas que são exemplos de inovação em cada uma dessas dimensões, como por exemplo formas de autogestão e de tomada de decisão na perspectiva social ou na valorização de uma economia circular ou solidária na perspectiva econômica. Embora busquem abranger todas as dimensões de sustentabilidade de forma integrada, elas acabam focando mais no desenvolvimento de dimensões específicas, de forma que essas se sobressaíam sobre as demais. Na comunidade visitada para trabalho de campo, por exemplo, que está em transição para uma ecovila, a dimensão da educação e a questão da alimentação são muito valorizadas pelos membros da comunidade.

Segundo Satyan (2017), “longe de serem uma resposta milagrosa a evidentes problemas sociais e ambientais da nossa época, as ecovilas propõem uma reflexão sobre a nossa forma de habitar o planeta”. Deve-se entender, no entanto, que essa reflexão não ocorre somente pela conscientização, mas por uma práxis que busca testar e verificar a viabilidade de ações voltadas à sustentabilidade. Nesse sentido, as ecovilas são consideradas “laboratórios de experimentação/laboratórios vivos” (ROCHA, 2017; SANTOS JÚNIOR, 2006 e 2016; SILVA, 2013; DOS SANTOS SANTANA, 2021) ou “nichos de inovação de base” onde tecnologias e práticas alternativas podem ser desenvolvidas (ROYSEN & MERTENS, 2017), e o movimento das ecovilas, amplo e experimental, é caracterizado por sua heterogeneidade e constante atualização e evolução do conceito (apesar de sua identidade ser bem marcada em alguns aspectos, como comentado). Por isso, não há uma ecovila que seja igual à outra e nem uma ecovila “ideal” ou um “modelo” estrito que abarque todas as comunidades, inclusive podendo ser improdutivo tentar encaixar as comunidades em tais modelos (DIAS *et al*, 2017), já que

² Outras dimensões possíveis encontradas foram a espiritual, a política e a organizacional. No entanto, a dimensão espiritual pode ser incluída dentro da dimensão cultural, e as dimensões política e organizacional são abrangidas pela dimensão social.

diante das crises atuais, e que serão comentadas no próximo capítulo, não há uma solução única, mas caminhos possíveis para a mudança necessária, havendo diferentes iniciativas e proposições para o futuro. Apesar disso, como será abordado no próximo capítulo, o termo ecovila pode ser apropriado para outras finalidades, havendo falsas ecovilas, as quais são loteamentos convencionais e condomínios rurais que usam o termo como estratégia de publicidade para promover seus empreendimentos.

Nesses “laboratórios” que são as ecovilas, há lugar para a diversidade, erros e conflitos (SANTOS JÚNIOR, 2006), à medida que estas almejam uma maior autonomia, testando práticas que consigam atender aos objetivos de construir uma nova forma de ser e viver no planeta e de realizar a vida em suas variáveis formas e em sua plenitude. E isso se dá em um fluxo de contínua transformação, pois não estão blindadas às mudanças que ocorrem no contexto maior nos quais estão inseridos e nas diferentes sociedades. Essa ideia de processo, de algo que é moldado enquanto é construído e depois repensado, de forma dialética, foi constatada durante as entrevistas aos moradores da comunidade do estudo de caso. Os entrevistados reconheciam muitas limitações do espaço em que viviam e viam contradições em seu estilo de vida, mas também planejavam mudanças e novas atuações. Alguns dos conflitos presentes nas ecovilas podem ser analisados a partir da citação a seguir, com a ressalva de que “as visões de mundo” dos membros da comunidade estudada não eram tão distintas, na forma como foram descritas pelos entrevistados.

A convivência entre pessoas com diferentes necessidades, histórias de vida e visões de mundo quase sempre pode beirar o conflito. Os desafios econômicos de se levar uma vida com propósito e realizar trabalhos com significado, em um mundo guiado pelo capital, não são simples. O abandono de certos hábitos e confortos, tão naturalizados na nossa vida quase automática nas cidades, nem sempre é tão fácil. (SATYAN, 2017, p.231).

Já sobre a origem das ecovilas, estas podem ser consideradas resultados de diversos movimentos contestatórios e libertários, apresentando raízes utópicas e não-hegemônicas, pois têm sua inspiração no legado de grupos que se opunham e questionavam as bases das crises vigentes (SANTOS JÚNIOR, 2006). Isso demonstra que, em uma geografia histórica, esse tipo de comunidade não é um fenômeno novo, e, tendo consciência disso, o movimento das ecovilas busca, de certa forma, resgatar ideias e práticas desses outros movimentos e também das formas de manejo dos recursos naturais das comunidades tradicionais, as quais, em semelhança, apresentam dimensões de sustentabilidade e têm identidades culturais e territorialidades distintas das capitalistas.

A principal herança das ecovilas é dos movimentos emancipatórios das décadas de 1960 e 1970 - havendo inclusive ativistas destes nas primeiras ecovilas - e das discussões globais do final do século XX sobre a exaustão da natureza e de seus recursos. Assim, embora sejam um conjunto de experiências singulares, apresentam influências em comum, vindas dos movimentos pacifista, ambientalista, comunitarista, de desenvolvimento de escala e de tecnologias intermediárias³ e do movimento educacional alternativo (ARRUDA, 2018), este último que buscava abordagens diferenciadas, de visão holística, para a escolarização⁴. Mas, apesar das influências em comum, essas heranças também foram de certa forma responsáveis pela heterogeneidade das comunidades:

Isso [o fato das ecovilas serem tão heterogêneas que não se pode descrever nenhum modelo que cubra todos os casos] tem relação com seu histórico, que inclui origens muito diversas: os ideais de autossuficiência e investigação espiritual dos monastérios, ashrams e movimentos gandhianos; os movimentos ambiental, pacifista, feminista e os de educação alternativa dos anos 1960 e 1970; nos países afluentes, o movimento back-to-the-land e o de cohousing; e, nos países “em desenvolvimento”, os movimentos pelo desenvolvimento participativo e a apropriação de tecnologia (DIAS *et al*, 2017).

Nessas décadas, diversas comunidades intencionais de caráter contracultural foram iniciadas, a exemplo das comunidades *hippies*. Algumas dessas comunidades viriam a ser consideradas ecovilas com a primeira definição oficial do termo na década de 1990, dando início a uma forma mais institucionalizada a esse tipo de comunidade, para além dos horizontes “alternativos” (SANTOS JÚNIOR, 2006). A primeira definição de ecovila é

um assentamento de funcionalidade completa, em escala humana, onde as atividades humanas são integradas ao mundo natural de maneira inofensiva, de tal forma que apoiam o desenvolvimento humano saudável, podendo ser continuada de forma bem-sucedida e indefinida no futuro (GILMAN, 1991 apud SANTANA; SANTOS & RABBANI, 2021).

Tal definição, ao utilizar as expressões “de funcionalidade completa” e “de maneira inofensiva” exclui muitas das experiências de comunidade sustentável. Inclusive, tendo em vista as limitações das comunidades dentro de seu contexto, dificilmente uma ecovila será bem desenvolvida em todas as suas dimensões e completamente autossuficiente. Além disso, o termo “inofensivo” é problemático, pois todas as ações humanas impactam o ambiente de

³ Movimento no contexto dos países periféricos, sendo uma proposta de desenvolvimento que correspondia à adoção de tecnologias economicamente mais acessíveis e descentralizadas, proporcionando independência técnica (DAWSON, 2004 apud ARRUDA, 2018).

⁴ O projeto de Ecopedagogia, presente no SITIOM, tem autores desse movimento como influência.

alguma forma. Por conta disso, essa definição de ecovila não é a mais utilizada na autodenominação das comunidades, apesar dessa conceituação ter sido importante para

a criação de uma “identidade comum” capaz de agregar comunidades que apresentavam práticas e características semelhantes, mas que até então eram incapazes de se organizarem como um “movimento”, com diretrizes e planos de ação compartilhados (SILVA, 2013, p.129).

Já as primeiras experiências de comunidades que mais tarde se intitulariam ecovilas tiveram sua origem no Norte Global (DIAS *et al*, 2017), a exemplo da comunidade Findhorn (Escócia), fundada em 1962 e considerada a mais antiga ecovila, hoje uma fundação e centro de difusão de aprendizagem, definindo-se como “comunidade de almas totalmente diferentes que estão tentando viver a visão de criar um mundo melhor, começando por nós mesmos” (tradução livre⁵). No entanto, pode-se citar outra comunidade, fora do Norte Global, também considerada com uma das mais antigas, a ecovila Auroville, na Índia, fundada em 1968. Em seu site⁶, a Auroville define como seu propósito “realizar a unidade humana, em sua diversidade”.

A Rede Mundial de Ecovilas (GEN), por sua vez, foi fundada em 1995, quando o Movimento das Ecovilas foi oficialmente iniciado e sistematizado, aumentando sua visibilidade, com a realização da primeira conferência internacional *Ecovillages and Sustainable Communities – Models for the 21st Century*⁷, patrocinada pela Fundação Findhorn (sendo realizada na ecovila de mesmo nome) e pela organização *Gaia Trust*, duas instituições importantes na história das ecovilas por serem voltadas ao ensino, intercâmbio e difusão de práticas e por já terem formulado possíveis definições do termo. Desde então, a GEN reúne práticas comunitárias do mundo todo nela cadastradas, permitindo uma articulação e comunicação entre as práticas existentes, em uma rede que também se subdivide em redes para cada continente. A constituição da GEN e a primeira definição de ecovilas, citada acima, são marcos temporais importantes, mas, pelo fato de que atuais comunidades integrantes dessa rede já existiam antes dessa definição, torna-se difícil precisar quando e quais foram as primeiras ecovilas.

As definições de ecovilas são muitas, mas considerando que esta tem um forte sentido territorial, apresentamos um outro conceito, mais atual e baseado na multidimensionalidade do fenômeno. As seis dimensões distintas abarcadas – comunidade intencional com um número

⁵ Disponível em <https://www.findhorn.org/about-us/>.

⁶ Disponível em <https://auroville.org/>.

⁷ Em uma tradução livre, “Ecovilas e Comunidades Sustentáveis – Modelos para o século 21”.

limitado de membros, território, sustentabilidade, compromisso com as próximas gerações, gestão participativa e permacultura – resultam na conceituação de ecovila como sendo um

território formado pela soma de um espaço e um grupo de pessoas em constante convivência, variável em quantidade, mas cujo contato pessoal seja possível, praticantes da permacultura, decididas a viver em coletivo por escolha, voltadas para solucionar conflitos via gestão participativa, adotantes de boas práticas sustentáveis para gerir os recursos finitos e impactar o ambiente positivamente visando às próximas gerações (DOS SANTOS SANTANA *et al*, 2021, pp. 45 e 46).

Outra caracterização de ecovilas interessante para o presente trabalho é de Cunha (2012). Este elenca nove características principais comuns para essas comunidades, as quais seriam: uma efetiva articulação de diversas lógicas econômicas (pela utilização de recursos público-estatais, ou de institutos e fundações privadas que trabalham com a noção de responsabilidade socioambiental, pela utilização de fundos coletivos, pelos serviços oferecidos e prestados pela comunidade e pelo apoio a pequenos empreendimentos, cooperativas e produtores locais); a combinação da existência de empreendimentos coletivos e individuais (com os moradores combinando suas atividades individuais com o trabalho ligado à ecovila); os vínculos estabelecidos entre os moradores, que são escolhidos; o trabalho com a noção de saúde integral ou complementar (pela utilização de remédios alternativos e a concepção da vinculação da saúde a uma prática diária); o trabalho central com educação; o estímulo para a realização de atividades culturais e espirituais; a existência de espaços e processos democráticos de decisão; a presença de uma articulação comunitária relevante; e uma proposta de redefinição na relação com o meio natural.

Em relação à forma como as ecovilas se distribuem pelos diferentes países, autores como Rocha (2017) e Dias (*et al*, 2017) diferenciam as ecovilas do Norte Global das do Sul Global, apesar dessa divisão não seguir necessariamente a localização geográfica, pois, no Brasil, a maioria das ecovilas que se reconhecem como tal são semelhantes às do Norte Global, derivadas de comunidades intencionais experimentais, enquanto as do Sul Global podem estar mais ligadas à existência de comunidades tradicionais (de acordo com DIAS *et al*). A diferença que Helena Rocha (2017, p. 13) apresenta é que as do Sul aparentam ser norteadas por processos de subsistência por resistência, mas também a uma elevação da qualidade de vida de forma sustentável, enquanto as do Norte estão associadas a processos de transição para a resiliência, embora ambas sejam conduzidas por processos de transformação socioespacial e de criação de lugares. Ressalta-se que a Europa e a América do Norte são os dois continentes que mais apresentam ecovilas, uma predominância que, segundo Arruda (2018, p.86), não surpreende,

dada a convergência entre o alto grau de industrialização e o antecedente histórico de comunidades intencionais ou alternativas que estes continentes possuem. Essa distribuição geográfica deve ser problematizada, visto que os países que estão na liderança do capitalismo global “podem” pensar mais sobre a sustentabilidade e o meio ambiente, enquanto os países da periferia apresentam outras questões sociais mais complexas e urgentes.

No Brasil, comunidades intencionais e alternativas estiveram presentes no território desde a década de 1970, mas o Movimento Brasileiro de Ecovilas só surgiu em 2011, com o propósito de integrar as comunidades sustentáveis em todo o país. Dessa forma, o movimento ainda é recente no país, existindo apenas ecovilas com número reduzido de membros residentes e muitas ainda em processo de formação, embora o interesse por esse tipo de comunidade esteja aumentando (BÔLLA; MILIOLI, 2018).

De acordo com Santos Santana (*et al*, 2021), as ecovilas brasileiras estão cadastradas à Rede Global de Ecovilas GEN desde 1999 via rede CASA (Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina) e, em 2019, havia pouco mais de 50 ecovilas autocadastradas. Nesse sentido, a quantificação das ecovilas no país é difícil, visto que o Brasil tem dimensões continentais e que a denominação de uma comunidade com o termo ecovila depende da autoatribuição, o que gera muitos falsos positivos, como comentado no decorrer do capítulo, e falsos negativos (a exemplo de comunidades que não se identificam com o movimento, mas podem ser interpretadas como ecovilas pelos seus principais aspectos). Além disso, muitas comunidades não fazem parte da rede de ecovilas, apesar da GEN se propor a promover o contato e intercâmbio entre as experiências.

No levantamento feito por Arruda em 2018, constatou-se a presença de ecovilas em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo que 9 estados não continham nenhum registro: Tocantins, Amapá, Acre e Roraima, na região Norte; Alagoas, Piauí e Sergipe, no Nordeste; Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste; e Espírito Santo, no Sudeste. Os estados que se destacaram na presença de ecovilas estados que retornaram mais resultados foram: São Paulo (21,02%), com destaque para o interior paulista, Goiás e Distrito Federal (17,46%) e Minas Gerais (12,82%). Uma das conclusões da autora é que, embora quase 80% dos municípios que abrigavam essas iniciativas fosse de pequeno porte, havia uma maior presença nas regiões onde a rede urbana brasileira é mais bem servida de infraestrutura e serviços. Soma-se a essa informação o fato de que a maioria das ecovilas brasileiras são rurais ou periurbanas, próximas às rodovias e, portanto, ao perímetro urbano (DIAS *et al*, 2017; SANTOS JÚNIOR, 2006).

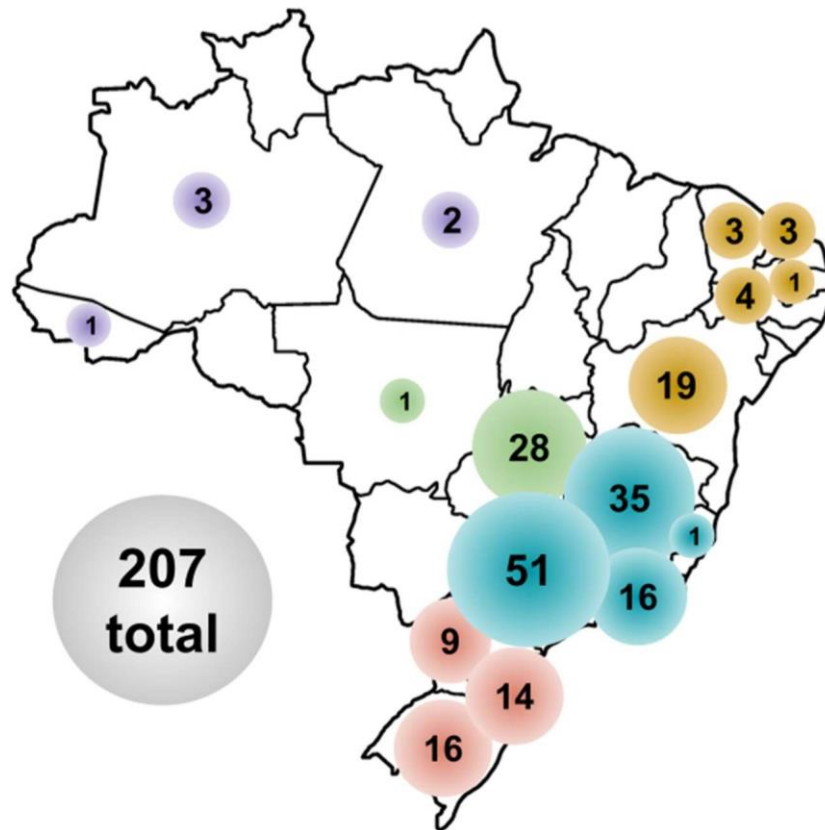
Já no mapeamento de Gabriel Siqueira (2015), mostrado na figura abaixo, identificou 99 comunidades intencionais e ecovilas brasileiras. Porém, este mapeamento também é incompleto, visto que se baseou na filiação à Global Ecovillage Network (GEN) ou suas representações regionais, à Fellowship for Intentional Community (FIC), ao Movimento Brasileiro de Ecovilas (MBE) ou à Associação Brasileira de Comunidades Autossustentáveis (ABRASCA).

Figura 1: Mapeamento das ecovilas brasileiras (SIQUEIRA, 2015)



Baseado no levantamento feito por Arruda (2018) e nas fontes de pesquisa de Siqueira (2015), além do App Ecovilas Brasil e na lista de apoiadores da mobilização pela criação da "Política Nacional de Fomento a Ecovilas e Comunidades Regenerativas" (dezembro/2022), o Círculo de Pesquisa da Rede CASA Brasil fez um mapeamento mais atualizado das ecovilas e comunidades regenerativas em 2022. A figura 2, disponível no site da rede CASA Brasil, mostra a quantidade de comunidades por estado, totalizando 207 comunidades em todo o território nacional. Há uma diferença de mais do dobro de comunidades entre esse mapeamento e o mapeamento feito por Siqueira em 2015, o que, por um lado, pode significar o crescimento desse fenômeno, e, por outro, a flexibilização do conceito de ecovila.

Figura 2: Mapeamento das ecovilas e comunidades regenerativas brasileiras (Rede CASA Brasil, 2022)



Por fim, destaca-se que o espaço permacultural SITIOM, estudo de caso desse trabalho escolhido pela maior acessibilidade e pelo foco nas dimensões social e ecológica de sustentabilidade, está vinculado à GEN, mas não se intitula oficialmente como uma ecovila, não estando presente nas bibliografias citadas. Contudo, esse espaço se baseia nos ideais de comunidade, sustentabilidade e permacultura que caracterizam as ecovilas. A comunidade, hoje em transição para ecovila, existe desde 2012 e está localizada em Vargem Grande Paulista, São Paulo, próximo à rodovia Raposo Tavares, a 1 hora e meia da metrópole de São Paulo, o que confirma a colocação dos autores citados acima, sobre a proximidade desse tipo de comunidade em relação às áreas urbanizadas. Tal proximidade influencia na organização desse espaço permacultural, principalmente na questão da autossuficiência (uma meta ainda distante para o SITIOM), além de contribuir para um menor isolamento, tanto geográfico quanto no que diz respeito ao estilo de vida adotado e nas relações que são estabelecidas com a cidade e, que, de uma maneira geral, não apresentam rupturas radicais com a lógica e o estilo de vida urbanos.

2. OLHARES SOBRE AS ECOVILAS E AS CONTRADIÇÕES CONSTITUINTES DESSE FENÔMENO

Com base nas possíveis definições do conceito de ecovilas apresentadas no capítulo passado, verifica-se como as ecovilas estão ligadas a estilos de vida alternativos e à constituição de novos modelos de convivência social e ambiental. Esses locais de moradia e convívio (Rocha, 2017) fazem frente a determinados aspectos da organização e do pensamento que regem o funcionamento do mundo atual, especificamente as problemáticas do modo de produção capitalista. Este tem causado diversas crises (pois estas são intrínsecas à sua existência), entre elas a ambiental e a civilizatória⁸, ou, como Maristella Svampa (apud ACOSTA, BRAND, 2017) interpreta, uma crise socioecológica de proporções civilizatórias. Esse enfrentamento (não-confrontacional, no entanto) é reforçado pelo fato da origem das ecovilas estar remetida aos movimentos sociais contraculturais que se configuravam como tentativa de rompimento com o modelo econômico-social da época. As ecovilas se contrapõem, portanto, à lógica hegemônica urbano-industrial, na consciência de que o estilo de vida predominante é insustentável.

Entre as principais características que despertam a oposição das pessoas que decidem morar ou idealizar comunidades alternativas e o desejo para essa mudança estão o pragmatismo secular e mercantil do modo de produção atual, em torno do qual vigora um vazio ético (SANTOS JÚNIOR, 2006); o empobrecimento da vida, dominada pelo economicismo e com formas frágeis de sociabilidade; a racionalidade capitalista e o pensamento reducionista e dualista entre natureza e sociedade (MARQUES, 2019), na compreensão que são entidades distintas, externas e estranhas entre si, havendo inúmeras consequências dessas formas de intercâmbio estabelecidas entre sociedade e natureza sob o modo de produção capitalista; a automatização das relações do ser humano consigo mesmo, com o outro e com o meio; o aumento dos desequilíbrios sociais; a perda dos sentidos coletivistas; a artificialização dos territórios; a alienação e a sociedade de consumo, unida ao imperativo da constante produtividade.

Além da mercantilização de tudo (com a generalização de produtos simbólicos ou simbolizados para consumo) e da alienação cotidiana (abafando as contradições) nas grandes cidades, Damiani (2005) aponta que, dentro dessa economia de exploração, na qual os

⁸ De acordo com Santos Júnior (2016), essa crise civilizatória tem como dois de seus motivos a atual dissociação moderna entre sociedade e natureza e as tensões em torno da cultura do individualismo-consumismo e da grande urbanização-metropolização do espaço contemporâneo.

problemas ambientais e sociais estão imbricados e ressaltam a crise de seus fundamentos, a sobrevivência é instaurada no lugar da vida. Essa instauração da sobrevivência nos núcleos urbanos, segundo a autora, faz parte do processo de desumanização, inerente às ações econômicas e estatistas no seio do capitalismo. No entanto, horizontes de transformação são pensados, e Damiani reconhece que há espaços onde ações insurgentes e potenciais buscam a vida, no interior da sobrevivência reiterada todo dia (2005, p.87), negando explicitamente os limites dessa sobrevivência. As ecovilas, então, poderiam ser consideradas como um desses espaços, pois reúne pessoas que buscam a realização de uma vida mais completa e com significado.

Nesse sentido, diferindo das condições contemporâneas já comentadas, as ecovilas vão ao encontro do paradigma transdisciplinar holístico, em uma visão integradora que vê a conexão entre todas as coisas e os seres. Sendo baseadas nesse paradigma, essas comunidades buscam uma melhora na qualidade de vida, que não se expressa pelas condições e bens materiais; a retomada do vínculo com a natureza; laços comunitários profundos e fortes (em uma revalorização das práticas comunitárias); e o incentivo ao autoconhecimento por parte de seus membros; além de promoverem o uso sustentável dos recursos, um estilo de vida de baixo impacto e a ação consciente sobre o mundo.

Por apresentarem essas características, expressões como uma “vida em harmonia com a natureza” e um “modo mais natural e equilibrado de viver” – que ressaltam a procura de uma maior qualidade de vida através de uma forma de viver mais integrada aos elementos naturais e voltada à construção de uma experiência comunitária ou um estilo de vida marcado pela tranquilidade, simplicidade, pelo trabalho justo e pela criatividade – são expressões comuns para descrever a vida nesse tipo de comunidade, estando presentes nos sites e páginas de ecovilas brasileiras (Anexo 4)⁹, que sempre buscam destacar esse maior contato e integração com a natureza. Na maioria desses sites, no entanto, as ecovilas nunca são conceituadas em sua oposição ao modelo capitalista, o que é um fato a ser problematizado, especialmente no caso das ecovilas que se tornaram mais adaptadas e incorporadas a esse modelo, as quais estariam em um processo de distanciamento de seus sentidos éticos, políticos e intencionais originais.

A outra proposta e opção de vida que é oferecida e construída nas ecovilas realiza-se através de práticas alternativas, que podem ser organizadas de acordo com as dimensões da sustentabilidade, como pode ser observado no seguinte trecho:

⁹ Foram consultados os sites das ecovilas Clareando, El Nagual, Vale do Éden, Comunidade Campina e Piracanga. No anexo 4, prints dos sites de algumas dessas ecovilas podem ser encontrados.

As práticas listadas referem-se às dimensões ecológica (compostagem; agricultura orgânica e/ou biodinâmica; permacultura; bioconstrução com adobe, superadobe, hiperadobe, cob e pau-a-pique; banheiro seco, bacia de evapotranspiração; biodigestores; painéis solares para gerar energia ou para aquecimento de água; reutilização de águas cinzas e captação de água das chuvas), social/comunitária (reuniões de partilha; Comunicação Não Violenta; tomada de decisão por consenso; Sociocracia e almoços comunitários) e cultural/espiritual (rituais do sagrado feminino; meditações conjuntas; alimentação vegetariana e/ou vegana e danças circulares) (ROYSEN; MERTENS, 2017, p.104).

Somadas a essas práticas listadas, também há a autogestão e a gestão horizontal, além de outras formas de tomadas de decisão; a cooperação e o incentivo à solidariedade; e as práticas relacionadas à dimensão econômica de sustentabilidade, que podem ser manifestadas pela economia solidária, economia circular, consumo consciente, moeda local, negócios justos, entre outros (ROCHA, 2017, P.153). Também podem ser citadas práticas relacionadas à educação ambiental ou à ecopedagogia, comuns nas ecovilas pela forte ênfase em ações educacionais presente muitas vezes nesse tipo de comunidade, como apresentado no primeiro capítulo. Um exemplo dessas ações que pode ser citado é o projeto do Quintal Educativo, visto na comunidade estudada, o qual é uma proposta voltada para a realização de atividades no contraturno escolar e para a realização de visitas ecopedagógicas de escolas da região, sendo estas baseadas nos ideais de “aprender e crescer com os saberes da natureza” e da “arte como ferramenta”.

Essas práticas alternativas presentes nas comunidades contribuem para a sua diferenciação em relação a um contexto maior, o que leva à interpretação das ecovilas como manifestações das contraculturas espaciais em sua etapa mais recente, a partir da década de 1990, quando houve um novo boom na eclosão e disseminação de experiências comunitaristas “alternativas” e “sustentáveis”. Segundo Silva (2013), tal disseminação demonstrou por um lado a crise estrutural e multifacetada do capitalismo (sob a forma do neoliberalismo), e por outro, a urgência de novas formas de sociabilizar-se e de relacionar-se com a natureza. De acordo com esse mesmo autor, contraculturas espaciais, no sentido mais geral e abstrato (conjunto de manifestações contrárias, a princípio, ao *establishment*) de contracultura, são

microexperimentos de organização social e de produção espacial, geralmente de caráter comunitarista, onde o nível privado e a esfera do cotidiano ganham primazia e tornam-se o lócus privilegiado no qual são experimentadas e desenvolvidas técnicas, práticas, e solidariedades “alternativas” àquelas que conformam a lógica homogeneizante, individualista e alienante imposta pelo “espaço abstrato”, enredado nas regras do mercado, nos termos do desenvolvimento da indústria e nas táticas do Estado (SILVA, 2013, p.50).

Tais espacializações “alternativas” são, segundo o autor, essencialmente modernas e urbanas, as quais costumam surgir com mais força e visibilidade em momentos de crise de reprodução do sistema, situação identificada no contexto atual.

É, portanto, uma forma específica de espacialização, expressa na forma de “pontos heterotópicos” de resistência, com valores, princípios e práticas distintos daqueles que guiam uma produção capitalista do espaço. São experimentos ligados a manifestações antissistêmicas e que incorporam um aspecto de utopia, e, por isso, são contraditoriamente integradas a seus arredores, funcionando como laboratórios onde há a possibilidade de testar formas alternativas de viver e de fazer as coisas, definição que coincide com as principais ideias relacionadas ao conceito de ecovila, apresentadas no tópico anterior. Essas formas alternativas, por sua vez, vão levar a formas distintas de apropriação e produção do espaço para a construção da vida, podendo conformar territorialidades.

Santos Júnior (2016) afirma que as ecovilas constituem um fenômeno socioespacial atual que propõe a realização de uma experimentação de novos arranjos espaço-temporais em situações de confrontos paradigmáticos frente à crise civilizatória contemporânea, através de uma sustentabilidade emancipada e de um comunitarismo engajado, desconstruindo a dissociação entre a sociedade e a natureza. De acordo com o autor, a construção de novos paradigmas societários e éticos, juntamente com a agregação das diversas áreas do viver humano em uma visão holística de mundo, realizam-se para a construção de novos modos de ser e habitar a Terra, na espacialização de “lugares zelosos”, os quais, segundo Santos Júnior, são lugares de convívio e comunhão entre humanos e não-humanos.

Adaptando-se às condições geográficas de onde se estabelecem, as ecovilas são contraculturas que propõem respostas locais para problemas globais e tentam provar a viabilidade de um novo estilo de vida, de produção e de relação com a natureza e com outras pessoas, sendo, de certa forma, um polo de inovação.

Esse momento mais atual das contraculturas espaciais é considerado como uma continuação do momento anterior, que ocorreu entre os anos 60 e 70, quando o ambientalismo foi incorporado às contraculturas espaciais e passou a fazer parte de sua definição, e por isso a origem das ecovilas é remetida a esse período. Inclusive, é nos anos 60 que o termo contracultura aparece, sendo definido como um novo estilo de mobilização e contestação social, de caráter fortemente libertário. Silva (2013) propõe uma geografia histórica das contraculturas espaciais, dividida em três períodos, os quais podem ser resumidos no quadro elaborado por Arruda (2018, p.54):

Quadro 1: As fases contraculturais (ARRUDA, 2018)

Fase	Período	Características	Abrangência
Pioneira	de 1815 a 1848	“estranhamento em relação à modernidade capitalista”	Europa e Estados Unidos
Rebelde	final dos anos 1960 e início dos anos 1970	“estranhamento à sociedade tecnocrática e repressora delineada a partir do pós-guerra”	principalmente Europa e Estados Unidos, mas com irradiações para outros países
Contemporânea	anos 1990 em diante	continuidade da fase anterior no contexto da globalização do capitalismo neoliberal, no qual os problemas sociais e ambientais preexistentes amplificaram-se	atinge boa variedade de países, com presença verificável em todos os continentes

Como concretas, as experiências contraculturais são plenas de conflitos e contradições, e o fato das ecovilas serem consideradas herdeiras de movimentos do passado em busca de sociedades utópicas e ideais, mas também fenômenos recentes, pensados dentro da sociedade urbana industrial e do neoliberalismo, já traz em si uma dimensão das contradições e conflitos que permeiam a produção socioespacial dessas experiências. As principais críticas que são direcionadas a esse tipo de comunidade dizem respeito à elitização, à romantização de um estilo de vida e à despolitização do movimento, o que será comentado a seguir.

Silva (2013) afirma que, em sua geografia histórica, as contraculturas espaciais têm se tornado em larga medida “ilusões concretas” subsumidas ao status quo, uma vez que cada vez mais estão se tornando o que Harvey denomina privatopias. Tal conceito expressa um desejo burguês de tranquilidade e conforto baseado na propriedade privada, que contribui para que “um número cada vez maior de pessoas privilegiadas opte por morar em lugares afastados, fechados e protegidos, vendidos como oásis de sossego junto ‘à natureza’ (ou melhor, ao fetiche dela)” (SILVA, 2013, p. 115). Nesse sentido, as ecovilas podem se tornar uma versão “eco” das privatopias, conforme explica o autor:

mesmo que sejam norteados por determinados princípios “éticos” e estejam edificadas baixo estritos parâmetros de “sustentabilidade” ambiental, ao reproduzirem traços fundamentais da sociedade capitalista (a saber, a mercadificação das terras e a predominância da propriedade privada) e

estarem apartados de uma luta mais ampla e massiva pela superação do atual estado de coisas, estes projetos não representam muito mais do que apenas outro aspecto da “suburbanização burguesa” (disfarçada de “alternativa” ou “ecológica”), que se materializa a partir da construção de uma imagem de comunidade e uma retórica de sustentabilidade “para quem não precisa, ao mesmo tempo que abandona quem precisa à sua própria sorte de ‘subclasse’” (HARVEY, 2006, p. 224). Nesse sentido, é possível afirmar que as ecovilas, quando assim constituídas, assemelham-se bem mais às privatopias (versão “eco”) do que às contraculturas espaciais (SILVA, 2013, p. 124, *sic*).

A aparência elitista de algumas dessas comunidades decorre dessa certa mercantilização do sustentável, de uma vida idealizada tranquila e próxima à natureza (igualmente idealizada), o que é observado em “ecovilas” que funcionam como loteamentos de terrenos distanciados da caótica rotina urbana. Empreendimentos imobiliários que se utilizam do prefixo “eco” e da ideia de criação de vilas, de forma a proporcionar uma maior qualidade de vida, não são incomuns. Em Rio Branco (AC), o condomínio fechado Ecovillage, e em São Roque (SP) e Goiânia (GO), os condomínios denominados Ecovillagio, podem ser considerados exemplos de empreendimentos que buscam vender um “selo verde”. Esses lugares, portanto, não teriam nada a ver com ecovilas, em seu conceito mais restrito, mas sim com o deslocamento das classes médias altas para fora dos núcleos urbanos das grandes metrópoles e próximo a grandes rodovias, caracterizando-se como enclaves fortificados que demonstram as novas formas de segregação urbana.

Assim, em espacialidades que se autodenominam ecovilas (uma autodenominação que esvazia o conceito de seu significado, utilizando-se do nome como um apelo de marketing), nem sempre os valores e ideais que orientam as ações dos indivíduos que optam por nelas residir se diferem de maneira evidenciada dos valores e ideais observados comumente dentro da sociedade urbana, competitiva e individualista, podendo haver uma “apropriação e a reprodução por parte destas experiências, que se dizem ‘alternativas’, de ideologias e práticas produzidas por aqueles que detêm o poder econômico e político” (SILVA, 2014, p. 44). Além disso, essas “ecovilas” não são construções coletivas, mas espaços construídos para a venda e moradia, e, portanto, o referencial à ideia de comunidade apenas seria uma propaganda positiva sobre a vizinhança, não um objetivo em si. Segundo Silva, quando isso ocorre, há uma “adaptação funcional” [*sic*] ao mercado e à sociabilidade capitalista, que afasta essas comunidades de suas proposições iniciais de serem parte de um movimento para a construção de uma nova sociedade, baseada em uma cultura alternativa de autogestão e sustentabilidade.

Nesse sentido, mesmo que a relação com o modo de produção capitalista seja inevitável, pois este ainda não foi superado e essas experiências se constroem em seu interior, estando obrigatória e intrinsecamente ligadas a ele (e por mais subversiva que seja sua posição), autores

apontam que no lugar de serem alternativas ao sistema hegemônico, as ecovilas estão se tornando cada vez mais complementares a ele, contribuindo para uma “sustentabilidade” diferente da proposta inicialmente: a “*sustentabilidade do capital*”, que consegue se reproduzir através do caráter mais mercadológico e despolitizado de algumas ecovilas. Isso possibilita, distopicamente, a recriação de novos espaços de exclusão e uma dependência maior do sistema vigente.

Contudo, até mesmo nas ecovilas que adotam valores anticapitalistas, essa exclusão é observada. Segundo Dias (*et al*, p. 91), apesar do frequente interesse em diversidade, o perfil dos membros dessas comunidades é bastante homogêneo (classe média ou alta, etnia “branca”, nível educacional elevado). Isso foi percebido durante o trabalho de campo, e inclusive tal fato era reconhecido pelos moradores e voluntários que foram entrevistados. A fala de muitos em resposta à pergunta “Você considera o SITIOM inclusivo em questões de diversidade?” se manteve, para a maior parte das pessoas, semelhante: embora a diversidade seja buscada e incentivada, através da diferenciação de preços nos voluntariados entre os valores solidário, ideal e abundante ou de ações para levar escolas públicas municipais até aquele espaço para visitas com atividades ecopedagógicas, havia um perfil comum, sendo que as exceções, mesmo que não raras, eram relativamente poucas.

Das 11 pessoas entrevistadas, somente uma se considerava não branca. Além disso, todas eram relativamente jovens, possuíam o ensino superior completo ou incompleto (apenas 2), sendo que a esmagadora maioria era proveniente de grandes ou médios centros urbanos. Eram pessoas que, embora não sendo propriamente ricas, reconheciam seus privilégios de poder fazer essa escolha de morar em um lugar como aquele ou, no caso dos voluntários, de poder viver essas experiências. Tal padrão de perfil compõe os grupos específicos da sociedade brasileira que têm conhecimento do que são ecovilas ou comunidades intencionais, pois a divulgação dessas experiências ocorre mais dentro desse círculo social (o que é reforçado também quando uma comunidade é muito isolada e não busca influenciar e agir sobre o entorno e a sociedade em geral), não sendo muito popularizado para quem não está familiarizado com ideias e movimentos associados. Já especificamente em relação aos voluntários, deve-se ressaltar que parte deles estava em longas viagens motivadas por uma jornada de autoconhecimento, tendo condições, portanto, de ficar sem trabalhar, algo que difere da maior parte da população brasileira.

O fato de as contraculturas estarem relacionadas a recortes específicos da sociedade já havia sido abordado por Pereira (1986, p. 5 e 6), quando o autor diz que a contracultura dos anos 1960 tinha um “enorme apelo junto a uma juventude de camadas médias urbanas

e uma prática e um ideário que colocavam em xeque alguns valores centrais da cultura ocidental”. De acordo com Pereira, os jovens são os principais intérpretes das contraculturas e o seu motivo mais forte, pois são eles que “canalizam” o seu descontentamento para com a ordem vigente de formas distintas às formas consagradas de luta política, propondo um outro tipo de oposição.

Era exatamente a juventude das camadas altas e médias dos grandes centros urbanos que, tendo pleno acesso aos privilégios da cultura dominante, por suas grandes possibilidades de entrada no sistema de ensino e no mercado de trabalho, rejeitava esta mesma cultura de dentro (PEREIRA, 1986, p. 15).

A rejeição dessa cultura dominante e a formação de comunidades alternativas em espaços relativamente afastados das grandes metrópoles podem ser consideradas como uma forma de “fuga”, e uma possível interpretação disso é que essas comunidades escolhem se isolar, ignorando o quadro socioeconômico maior. No entanto, Tavares (1985) não vê essa fuga como negativa:

Quem não deseja fugir dessa vida de tensão e correr para a paz necessária? Quem não deseja se livrar do veneno químico para se alimentar de forma natural? Quem não almeja se livrar da ditadura do relógio e passar a viver de acordo com os ciclos da natureza? É uma aspiração a fuga deste sistema de exploração do homem pelo homem para uma fraternidade entre irmãos (TAVARES, 1985, p. 63)

O trecho citado acima mostra como os estilos de vida, dominantes e alternativos, podem se contrapor, o que também se observou nas entrevistas realizadas. A mudança de ambiente está associada a mudanças no modo de vida, de forma que outras possibilidades são testadas, possibilidades que substituem o que antes era normalizado, como trabalhar por um salário num serviço alienante durante os “dias úteis” e consumir nos finais de semana ou o acentuado processo de sufocação nos grandes centros urbanos.

De acordo com Carlos Tavares (1985), a transformação do interior do ser humano, é tão importante quanto a preocupação em transformar superestrutura econômica, e isso é enfatizado pelas comunidades alternativas. Svampa (2017) vai ao encontro dessa afirmação, explicando que uma mudança cultural profunda em nossas estruturas mentais e cognitivas, acostumadas aos padrões do modo de vida imperial¹⁰, seria necessária para abandonar o modo de produção atual. Além disso, para o movimento alternativo, o Estado não é um agente de mudanças, então acredita-se que a sociedade tem que mudar de baixo para cima, modificando comportamentos

¹⁰ Termo definido por Ulrich Brand e Markus Wissen como uma ordem geopolítica assimétrica que tem o apoio da força econômica e militar dos países do Norte Global.

e valores estabelecidos e construindo novas formas de organização política, mais horizontais e participativas.

Essa estratégia de mudança iniciada na base, no nível do palpável e do cotidiano, apontada como o primeiro passo, é de inspiração anarquista. Reforça-se aqui que o local, o próximo, o cotidiano, a dimensão humana são terrenos de atuação privilegiada dos anarquistas e libertários, que buscam primeiro trabalhar uma autogestão plena e inteira nas bases para depois almejar a gestão libertária das centralidades globais (RAYNAUD; NOËL apud BOOKCHIN; BOINO; ENCKELL, 2003).

No entanto, as ecovilas não são vistas como efetivas para influenciar uma mudança global. Na literatura de língua inglesa, um dos principais críticos das ecovilas, o filósofo Takis Fotopoulos (2000), argumenta que as ecovilas estariam mais preocupadas com a adaptação da cultura e a mudança de valores do que com a transformação das estruturas econômicas e políticas responsáveis pelas múltiplas crises do capitalismo, quando, na verdade, são as estruturas e as relações de poder que condicionam os valores e a cultura. Seu debate com Ted Trainer, acadêmico australiano defensor do decrescimento econômico e do eco-anarquismo, acerca da importância do movimento global de ecovilas levanta uma série de reflexões que podem ser feitas a respeito dessas comunidades atualmente.

Ao responder às críticas de Fotopoulos, Trainer (2002) diz que o modo de vida da sociedade industrial e de consumo é insustentável, e que uma nova ordem mundial sustentável e justa deveria se basear em estilos de vida mais simples, com um nível elevado de autossuficiência local e formados por caminhos cooperativos e participativos, em um sistema econômico novo, o qual não seria guiado pelo lucro ou pelas forças de mercado e que não envolveria crescimento. Assim, apesar de acreditar que uma mudança nas estruturas seja necessária, o autor defende que tal mudança pode não acontecer, e que a formação de ecovilas seria uma melhor estratégia “aqui e agora”, uma forma de chegar em uma posição a partir da qual a mudança estrutural pudesse se concretizar. Além disso, o autor argumenta que o desenvolvimento de assentamentos e sistemas alternativos oferece um maior potencial para a conscientização de que o capitalismo proporciona uma qualidade de vida em declínio para a maior parte da população do que o trabalho com setores tradicionais da esquerda política.

Dessa forma, as comunidades alternativas sustentáveis seriam o ponto de partida e a direção para a ação, e, como experimentos, precisariam ser vistas, mostrando que padrões de vida satisfatórios podem ser alcançados com pegadas ecológicas baixas e que é possível viver à margem do sistema. Portanto, é reforçado pelo autor o papel educativo que as ecovilas teriam

frente à situação de degradação ambiental e social, começando a construir os novos sistemas socioeconômicos necessários.

Outra crítica de Fotopoulos respondida por Trainer é a problematização que o primeiro autor faz do foco na espiritualidade, enfatizada pela GEN em seu site, juntamente com as ideias de comunidade e ecologia. Trainer argumenta que o foco em espiritualidade não deve ser tratado como irracionalidade, desqualificando as propostas das ecovilas, que buscam ser multidimensionais, tratando, assim, da dimensão espiritual ou religiosa.

No entanto, Trainer reconhece que as ecovilas não fazem parte de um movimento massivo de confronto ao modo de produção capitalista, que busca se articular com as classes trabalhadoras e com outros movimentos que se opõem à expropriação capitalista. Além disso, o autor australiano enfatiza que não apoia ou endossa o movimento alternativo ou o movimento das ecovilas em si como um todo, apontando que muitas experiências neles incluídas são apáticas politicamente, não se interessando por mudanças estruturais, mas em estabelecer refúgios, “espaços protegidos” (ROYSEN; MERTENS, 2017) dentro da sociedade capitalista, de maneira autoindulgente.

Portanto, há pertinência nas críticas realizadas por Fotopoulos, visto que as ecovilas apresentam muitas contradições e limites. Ao operar dentro de seus contextos e ao contornar as estruturas de poder político e econômico hegemônicas, elas não apontam objetivos específicos para as instituições da sociedade do futuro, não dando conta da crise ecológica, que é parte de uma crise relacionada com as estruturas hegemônicas e suas ideologias, valores e cultura.

Porém, há potencialidades nessa forma de ação política não-confrontacional das contraculturas. As ecovilas podem fazer parte do movimento pela reapropriação da natureza e em direção a uma racionalidade ambiental, apontada por Leff (2000), reivindicando espaços em um mundo objetivado e economicizado, espaços onde grupos possam reinventar sua existência e assumir como querem ser.

A racionalidade ambiental se constitui no diálogo entre saberes e no encontro de outridades (LEFF, p.411, 2006), e um caminho para que os atores sociais das ecovilas façam isso é através da revalorização dos saberes tradicionais, principalmente em relação aos ciclos da natureza e às estratégias de manejo da biodiversidade, e da revitalização das economias autogeridas para satisfazer as necessidades básicas da comunidade, aspectos que são geralmente buscados por essas comunidades. Ademais, Leff aponta que a diversidade é uma condição para a construção de um futuro sustentável, o que pode significar que diferentes caminhos e lutas, simultâneos, podem estar levando a um futuro mais inclusivo, não havendo somente um modelo e exemplo a ser adotado para um outro futuro.

Em escala local, a formulação de um novo produzir espacial, mais emancipado, também pode responder ao caráter global da degradação ambiental, pois nessa escala também se revela a interdependência das condições de ordem geofísica e ecológica em relação aos processos econômicas, às estruturas institucionais, às relações de poder e às formas de organização cultural (LEIFF, p.406, 2006). Dessa forma, nas diferentes escalas se pode buscar o controle e a reversão dos custos ecológicos dos padrões de produção e consumo, os quais se baseiam em uma racionalidade econômica que vê a natureza como fonte de matérias-primas e que é responsável pela crise da civilização moderna, construída de acordo com a ordem dessa racionalidade.

Já em relação ao funcionamento das comunidades alternativas em suas escalas locais, Tavares (1985) levanta uma série de questões que são essenciais para o sucesso dessas experiências, as quais podem gerar conflitos caso não sejam corretamente consideradas e tratadas pela comunidade. Entre elas, pode-se citar os desafios referentes à vida comunitária e às relações interpessoais; a preocupação em reservar um tempo do dia na rotina da comunidade para que os membros possam se dedicar, por exemplo, aos estudos e ao lazer, algo que é considerado importante para a felicidade e a paz interior de seus membros; a existência de uma certa rotatividade do pessoal da comunidade e a necessidade de reunir pessoas com uma maior variedade de aptidões, de forma que haja pessoas suficientes para fazer o que é proposto; e a busca da independência financeira.

No que diz respeito à construção de uma vida com senso de comunidade, estratégias, acordos e propósitos em comum devem ser feitos, de forma que a convivência se torne viável, apesar do processo contínuo de conjugação das liberdades individuais com as necessidades coletivas (CAVALCANTI, 2019). Para essa vida em coletivo, também deve-se dedicar tempo aos processos grupais e ao tratamento de questões emocionais, o que foi observado durante o trabalho de campo nas “reuniões do coração” que aconteciam toda a semana e nas quais todos podiam falar sobre o que estavam sentindo e se algo os estava incomodando.

Em outra dimensão se encontra a questão da independência econômica, a qual, idealmente, deveria ser alcançada com a maior rapidez possível, de maneira a dar condições para que o grupo não se visse mais como dependente do sistema. Nas bibliografias e nas entrevistas, nota-se que a sustentabilidade financeira das ecovilas é algo almejado, mas difícil de manter na prática. Isso faz com que muitas vezes as comunidades necessitem da cobrança por cursos, eventos, residências artísticas e voluntariados para que a iniciativa perdure. Inclusive, em busca dessa sustentabilidade financeira, podem-se estabelecer mais diálogos das ecovilas com agentes e setores da sociedade hegemônica.

Outra limitação conhecida dessas comunidades diz sobre a propriedade da terra e sobre o número limitado de membros, esse último no caso das ecovilas que não têm condições de expandir-se. Em uma conversa com a fundadora do SITIOM, Bel, foi comentado que no Brasil ainda não há uma legislação específica para a regulamentação de ecovilas, o que influi na questão da posse do terreno. O SITIOM, assim como outras comunidades, apresenta-se enquanto um grupo de pessoas organizadas em torno da moradia coletiva, por meio de associações não regulamentadas, em que apenas um membro detém a propriedade (a fundadora) e oferece a sessão de uso da terra para os demais membros. Em outros casos, são buscadas, dentro da lei, formas às quais as comunidades possam se adaptar (ARRUDA, 2018, p.), por cooperativas, ONG's ou associação de moradores. Assim, há a possibilidade de, por meio de associações regulamentadas, que se consolidam em organizações do terceiro setor, configurar uma espécie de propriedade coletiva entre os membros da associação (ROCHA, 2017, p.214), sendo que essa forma é burocrática e não se adequa para todas as experiências, como a do SITIOM.

Na comunidade estudada, há uma restrição de espaço derivada da forma da propriedade e também da falta de recursos para construir outras casas além do casarão onde os voluntários e parte dos moradores ficam, havendo só 2 casas que não o casarão, ocupadas pela fundadora e suas duas filhas pequenas e por uma outra família. Esse fato, para alguns dos moradores, era suficiente para descaracterizar a comunidade como uma ecovila, já que não se constituía como uma vila propriamente dita. Atualmente, a comunidade SITIOM está realizando uma mentoria para construir um projeto de ecovila oficial em parceria com a organização não-governamental Rizomar, a qual é voltada para o desenvolvimento territorial e para a incubação de ecovilas.

Apesar dessas limitações e como já comentado, as ecovilas possuem suas potencialidades, não só baseadas na capacidade de transição para um outro modelo de sociedade e na força do exemplo para a construção de novas comunidades, mas também na influência sobre atitudes individuais, na ideia de que não existe mudança coletiva sem mudança individual, pois a sociedade é composta por indivíduos. Relacionado a isso está o fato das ecovilas se associarem, de certo modo, a uma forma de Bem Viver (ou de bons conviveres)¹¹, pelo fato de serem oportunidades de construção coletiva de uma nova forma de vida, de um mundo diferente, a partir da prática e não somente do discurso.

Essa prática, concretizada de forma singular para cada ecovila, será analisada no próximo capítulo, dedicado à comunidade do estudo de caso, o SITIOM.

¹¹ ACOSTA, A. 2016.

3. A EXPERIÊNCIA NO ESPAÇO PERMACULTURAL SITIOM: A POTENCIALIDADE DO VIVER COMUNITÁRIO

O SITIOM, comunidade que teve seu início em 2012 na zona rural de Vargem Grande Paulista – SP, autodefine-se como um espaço eco-cultural e permacultural voltado à conservação da Mata Atlântica por meio da reconexão do ser humano com a natureza, da convivência em comunidade e da economia cooperativa, formando uma sociedade equânime, ecológica e pacífica. A vida no espaço é caracterizada como simples, sendo um convite à reconexão com os ciclos naturais e à convivência harmoniosa uns com os outros. Nele, há a busca por viver de forma sustentável e é considerado que, para isso, a comunidade é muito importante, pois juntos os moradores e voluntários conseguem se ajudar, o que facilita a execução das tarefas do dia a dia, assim encontrando tempo para viver de forma descomplicada e em um ritmo mais “natural”¹². Nesse sentido, o slogan adotado pela comunidade é “Nutrindo sementes, potencializando talentos e resgatando saberes ancestrais”.

A partir dessa apresentação, pode-se observar várias semelhanças entre o SITIOM e as ecovilas, mesmo que essa comunidade não utilize desse conceito oficialmente, ou seja, não se autodenomine como tal. Na visão de sua idealizadora, Bel, o conceito de ecovila é um “selo” que traz consigo um peso que ela não está certa se a comunidade está pronta para assumir, mas considera que o SITIOM se situa próximo a esse conceito, constituindo-se numa comunidade intencional sustentável.

O estudo de caso dessa comunidade, realizado no final do primeiro semestre de 2022, deu-se por meio de um trabalho de campo com duração de 9 dias, realizado na forma de voluntariado, pelo qual foi pago um valor de R\$ 25,00 por dia (considerado o valor ideal¹³). Ressalta-se que acordos comuns são estabelecidos para a realização do voluntariado, como o não consumo de qualquer carne animal, o desencorajamento do consumo de alimentos ultraprocessados e a colaboração e engajamento na limpeza e harmonização da casa, que é uma tarefa de todos. Além disso, pós-campo, houve o acompanhamento da comunidade nas redes sociais, de forma a observar o andamento da comunidade e os principais eventos e atividades que estão sendo realizados.

¹² Retirado da apresentação do projeto do SITIOM na plataforma *Worldpackers*. Disponível em: <<https://www.worldpackers.com/pt-BR/locations/sitiom>>. Acesso em setembro de 2022.

¹³ O valor ideal é um dos três valores possíveis para a realização do voluntariado na comunidade. Há também, para as diárias, os valores solidário (R\$ 20,00) e abundante (R\$ 30,00).

A comunidade era composta por três tipos de membros: os moradores (e dentre eles os gestores de cada linha de trabalho, o que será explicado mais adiante), que contribuíam com um aluguel para a manutenção do espaço e tinham quartos próprios (o aluguel variava entre R\$ 300,00 e 500,00, a depender do tamanho do quarto que ocupavam); os voluntários residentes, sendo 4 pessoas que dormiam em um quarto compartilhado¹⁴, não pagavam aluguel e estavam em período de adaptação voltado para uma linha específica de trabalho, mas ajudavam frequentemente em outras áreas; e os voluntários, membros temporários da comunidade que dormiam no camping ou em quarto compartilhado e ajudavam nas diferentes atividades realizadas. Os voluntários que foram entrevistados estavam lá por volta de 2 semanas, percebendo e apreendendo o funcionamento da comunidade mais superficialmente do que os que residiam há mais tempo, razão pela qual o roteiro de entrevista desses era distinto do roteiro voltado para moradores e voluntários residentes¹⁵. Somando todos, a média de pessoas variava de 15 a 20 integrantes durante o ano, segundo os moradores. Uma das vistas do casarão, onde a maior parte da comunidade vive, é mostrada na figura 3.

Baseando-se no estudo realizado por Marcos (2004), em experiências comunitárias há “pontos cardeais” em torno dos quais essas se desenvolvem, o que se pretende analisar nesse capítulo. Esses pontos envolvem a organização “administrativa” da comunidade, a organização do trabalho, a forma de remuneração do trabalho realizado e o consumo dos bens produzidos.

O trabalho na comunidade era dividido em diferentes campos: Agrofloresta (que também abrangia formas de agricultura em geral), Harmonização (cuidado e limpeza do casarão), Infraestrutura, Quintal Educativo, Comunicação e Cozinha. Cada uma dessas áreas, com relativa autonomia em relação às demais, tinha como responsáveis um morador (gestor) e um voluntário residente, e havia um rodízio dos voluntários para ajudar nas atividades realizadas em cada área. Os moradores não-gestores também se revezavam nas atividades da cozinha e da infraestrutura. As áreas que precisavam de mais voluntários eram a Infraestrutura e a Agrofloresta, e as atividades aconteciam em pequenos mutirões duas vezes por semana, sendo que as atividades da Infraestrutura ocorriam às terças e quintas e as atividades da Agrofloresta às quartas e sextas. Além disso, um voluntário diferente era escolhido todos os dias para ajudar na Cozinha, não participando dos mutirões juntamente com os outros no dia em que era designado para auxiliar na Cozinha.

¹⁴ Atualmente, as voluntárias residentes não estão mais na comunidade, e essa modalidade não é mais verificada.

¹⁵ Os roteiros utilizados para as entrevistas podem ser vistos nos anexos 1 e 2.

Figura 3: Vista da frente do casarão onde ficava os moradores e a maior parte dos voluntários



Fotografia de autoria própria, tirada durante o trabalho de campo. Abril/2022.

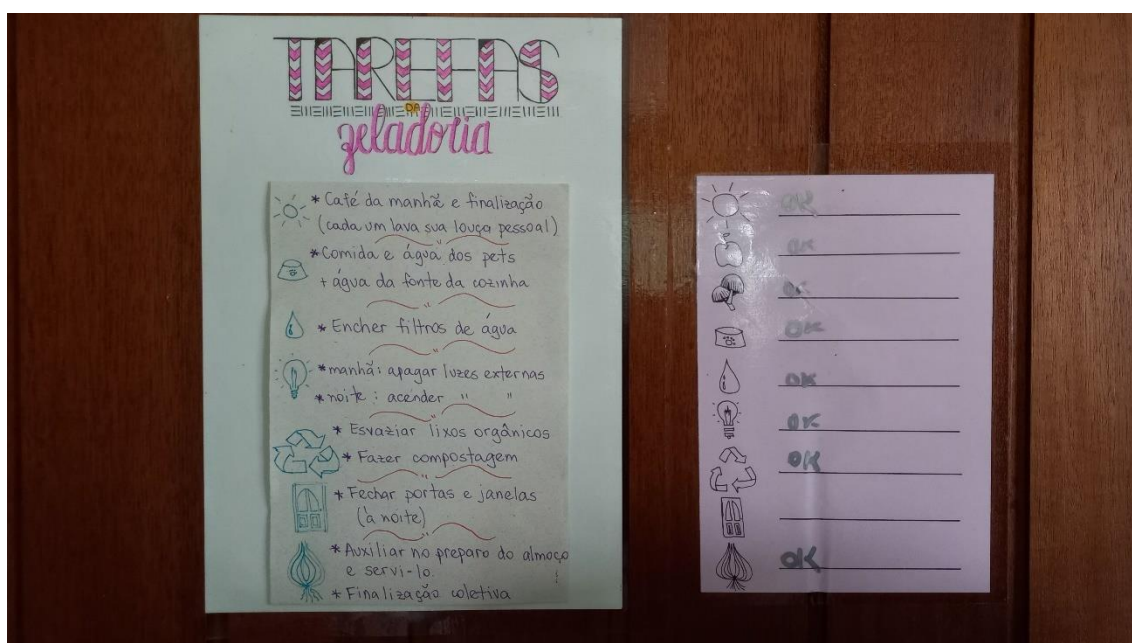
A Harmonização ocorria toda segunda-feira e juntava todos os moradores, voluntários residentes e voluntários, que se dividiam para limpar as diferentes áreas do casarão, como a cozinha coletiva, a cozinha de beneficiamento, a sala e a lareira, a área externa, a área do camping, a lavanderia, entre outras. Já o Quintal Educativo, projeto voltado à educação pela ecopedagogia, e a área de Comunicação, responsável pela divulgação e gestão das mídias sociais do SITIOM, geralmente não precisavam do auxílio dos voluntários, exceto no caso de eventos maiores, como visitas escolares ou vivências no espaço para pessoas de fora, entre outros.

Uma coisa que ficou bem evidente durante o trabalho de campo era que se algum dos eixos do espaço permacultural estava precisando de mais ajuda ou tinha uma grande tarefa a ser feita, os outros moradores e voluntários ajudavam, não importando a área. Isso foi observado nas atividades que foram realizadas de Infraestrutura voltadas para a reforma de um barracão voltado às atividades do Quintal Educativo: nos dias específicos para esse trabalho, voluntários e alguns moradores se juntaram às responsáveis pelo projeto de educação, Dani e Rebeca, e ajudaram no corte, pintura e na instalação de madeiras e prateleiras nos lados do barracão.

Uma outra área de trabalho que também tinha uma escala era a Zeladoria, que começava antes do café da manhã e se estendia ao longo do dia com pequenas tarefas (que podem ser

observadas na figura 4) como: alimentar os cachorros e gatos do casarão, finalizar a preparação do café da manhã (fazendo o café, o chá, cortando frutas, dispondo as coisas no espaço onde eram realizadas as refeições), ascender as luzes externas à noite e apagar pela manhã, levar o lixo orgânico para a composteira, lavar as louças do almoço e terminar de arrumar a cozinha. Para cada dia da semana eram escolhidas geralmente 3 pessoas para cuidarem dessas atividades ao longo do dia, sempre um morador, um voluntário residente e um dos voluntários de tempo limitado, tanto do Worldpackers quanto os que combinavam diretamente com a Bel, fundadora do SITIOM.

Figura 4: Tarefas da zeladoria



Autoria própria. Abril de 2022.

O trabalho voltado para a comunidade, de caráter braçal e não incluindo os momentos de idealização e planejamento, durava por volta de 4 horas e era realizado pela manhã, aproximadamente das 9 às 13h, com exceção do trabalho da gestora e da residente responsável pela agricultura, que começava por volta das 7 horas da manhã. Essa jornada era finalizada com a realização de um almoço coletivo (um desses almoços pode ser observado na fotografia da Figura 5). Essas refeições em conjunto se mostraram muito especiais para os entrevistados, para os quais elas representavam um momento de troca, de compartilhamento das atividades que foram realizadas ou simplesmente de conversa entre moradores e voluntários, sendo essenciais para a convivência comunitária.

O café da manhã era servido às 8h, e também era realizado coletivamente, mas nem todos os moradores estavam presentes nesse horário, razão pela qual o almoço era a refeição compartilhada mais importante do dia¹⁶. Tanto o trabalho quanto os cafés da manhã e almoço coletivos só eram realizados nos dias da semana, de segunda a sexta. Nos finais de semana e nos feriados a rotina era mais livre e cada um ficava responsável individualmente por cuidar da sua alimentação (mas combinar de comprar ou preparar alguma coisa em conjunto era recorrente, principalmente entre os voluntários). Pelo fato de muitos dos moradores e voluntários residentes terem morado em São Paulo ou no interior do estado, eram comuns as saídas nos dias livres para visitarem a família ou amigos.

Figura 5: Almoço coletivo na sala de jantar do casarão



Fotografia tirada durante o trabalho de campo. Abril de 2022.

A alimentação que era realizada e preparada coletivamente era toda vegana, sem nada de origem animal, uma proposta adotada pelo SITOM em 2021¹⁷. Mas, individualmente, era comum o consumo de ovos e derivados de leite, pois a maioria das pessoas presentes da comunidade não era vegana, apesar de propor a ser isso coletivamente, devido ao fato da alimentação natural e vegana, além de ser considerada mais saudável, também ser mais sustentável para o meio ambiente (pois não agride outras formas de vida). O consumo de industrializados era permitido, mas não incentivado. Em relação à alimentação coletiva, o que

¹⁶ O jantar não acontecia no mesmo horário para todos, e os moradores e voluntários podiam escolher entre esquentar os alimentos que tinham sobrado do almoço ou preparar algo para si ou para a parte do grupo que decidia comer no mesmo horário.

¹⁷ Antes a alimentação era apenas vegetariana.

se observava era uma variedade e criatividade dos pratos preparados (além do arroz integral, muito usual nas refeições, pelo menos nos dias observados, e do feijão, menos frequente, mas também muito comum). As saladas e os refogados muitas vezes utilizavam como ingredientes PANC's (plantas alimentícias não convencionais) e folhas encontradas e cultivadas no próprio espaço do sítio, o que não é usual em um contexto urbano.

Na cozinha coletiva, os alimentos armazenados se dividiam entre o coletivo e individual. Na geladeira e dispensa coletivas estavam os alimentos que poderiam ser usados por todos (grãos, farinhas, temperos, sobras do café da manhã e do almoço, café em pó, vários tipos de chá), enquanto no armário e na geladeira individuais estavam os alimentos e produtos industrializados, comprados nas idas ao mercado da cidade pelos próprios voluntários e moradores. Esses produtos eram armazenados em duas partes: na prateleira e no espaço dos voluntários em geral e nos espaços das prateleiras destinados a cada morador e voluntário residente (que eram nomeados especificamente). Apesar dessa divisão, no entanto, era bem comum que voluntários e moradores compartilhassem coisas entre si, prática observada muitas vezes em campo: não havia uma cobrança para que as pessoas dividissem, mas o próprio ambiente incentivava essa troca, de oferecer um pouco do suco que tinha comprado ou fatias de um pacote de pão, entre outras coisas.

Após as atividades da manhã e no começo da tarde, o resto do dia era livre para os voluntários. Aqueles que trabalhavam *homeoffice*, dando aulas, atendimentos (havia uma psicóloga e uma advogada) ou participando de reuniões, ou que tinham tarefas não terminadas na sua área ou eventos do sítio para organizar – voluntários ou moradores - , reservavam o período da tarde para essas atividades, deixando as áreas comuns do casarão (onde ficava a maior parte das pessoas no SITIOM) mais vazias e silenciosas. Esse horário foi aproveitado para a realização da maior parte das entrevistas, de acordo com a disponibilidade e horários livres dos entrevistados (moradores e voluntários).

Em relação às atividades propostas na comunidade, eram oferecidas aulas de capoeira angola toda segunda-feira, em uma associação com um projeto da cidade de Vargem Grande Paulista, e toda quarta-feira de manhã, às 7h, antes do café, exceto quando havia outras eventualidades, era proposta uma aula de *Feldenkrais* (um método de exercícios de movimentos do corpo) dada por uma das moradoras, Raffaella, sendo estas atividades gratuitas e às quais todos poderiam participar se desejassem. Tanto os trabalhos específicos quanto a participação não eram obrigatórios, havendo certa liberdade para dizer não e escolher uma outra atividade (no caso do trabalho). Durante o período em campo, aconteceu também uma aula de dança livre

no fim da tarde (para substituir uma aula de *Feldenkrais* que não aconteceu), que teve como proposta fazer uma roda, no meio da qual, por alguns minutos e revezando entre os participantes, uma pessoa dançava, de olhos fechados, de acordo com a música e com as partes do corpo tocadas pelas pessoas que estavam na roda durante esse tempo. Essa aula de dança, uma atividade que propôs muitas trocas entre os participantes, inclusive de confiança, pôde mostrar um pouco de práticas não convencionais que eram adotadas naquele espaço. A dança teve como objetivo deixar o corpo fluir, fazer com que a pessoa se libertasse da vergonha de dançar na frente de outras pessoas e que esquecesse suas preocupações, conectando-se consigo mesma e focando somente na música e nos movimentos realizados. Nesse sentido, o foco dessa atividade era o próprio indivíduo, de forma que canalizasse sentimentos ou buscasse lidar de uma outra forma com seus pensamentos.

Os períodos noturnos se constituíam como um outro momento de encontro, embora nem todos os moradores e voluntários se fizessem presentes. Nessa parte do dia, era comum que as pessoas se reunissem para assistir um filme, jogar alguma coisa, ou para ficar junto à lareira conversando e bebendo juntos nos dias frios. Por ser um espaço com o ideal do antiproibicionismo, álcool, tabaco e outras substâncias que alteram a consciência (maconha ou chá de cogumelos) eram permitidos e consumidos por uma parte dos moradores e voluntários, o que os entrevistados consideravam recreativo e que não chegava a influenciar o ambiente negativamente.

Notava-se uma diferença entre as conversas, os assuntos e as práticas concretizadas naquele ambiente e os assuntos e atividades convencionais e cotidianas. Havia uma atmosfera de liberdade (desde que com bom senso e respeito aos demais) e não julgamento, de uma cultura construída por pessoas com trajetórias de vida e experiências de certo modo não muito comuns para a maior parte da sociedade urbana, nos ambientes da cidade. No entanto, não havia uma completa ruptura, no sentido de tudo estar no âmbito de uma cultura alternativa a todo o momento. Elementos da cultura de massas, de gostos mais generalizados e de práticas divulgadas nos meios hegemônicos, misturavam-se nas falas e nas ações das pessoas.

Na produção de alimentos, as formas estavam relacionadas à coleta de frutos das árvores já existentes, à plantação em canteiros, à agrofloresta e às hortas, sendo baseadas na agrofloresta, na agricultura sintrópica e regenerativa e na agroecologia, respeitando os ciclos naturais e as temporadas de cada cultura. Uma das etapas do plantio, a abertura de canteiros, pode ser observada na Figura 6.

Figura 6: Abertura de um canteiro para o plantio de batata-doce e mandioca



Fotografia tirada durante o trabalho de campo. Abril de 2022.

Na comunidade, destacava-se a produção de mandioca, milho, feijão, abóbora e batata-doce, além de hortaliças, como alface, nos canteiros. Assim, nas refeições coletivas, todos usufruíam dos produtos que eram cultivados ou colhidos. A produção, porém, não era suficiente para uma autonomia alimentar da comunidade e havia uma dependência de insumos externos, sendo que outros alimentos eram comprados no sacolão da cidade¹⁸, como o açúcar e a farinha de trigo. A gestora da agrofloresta almejava a produção de alimentos em sua totalidade na comunidade, bem como a eliminação de industrializados e o preparo dos insumos todo realizado no sítio. Esse objetivo estava sendo construído, e o pão foi um dos alimentos que eles começaram a produzir de forma mais caseira, como mostrado na Figura 7.

Em relação à estrutura de moradia e estadia, havia espaços distintos. Os únicos moradores que possuíam sua própria residência eram: Julio, seus dois filhos e sua companheira Raffaella (casa construída de acordo com os princípios da bioconstrução) e Bel (a casa dela não era propriamente de bioconstrução, mas foi feita reutilizando materiais, de uma forma mais

¹⁸ Também foi comentado que no passado da comunidade eles negociavam alguns alimentos com produtores rurais associados ao MST, algo que planejavam voltar a fazer, quando tivessem mais recursos.

sustentável). Os demais moradores, os voluntários residentes e os voluntários ficavam no casarão, uma construção da época colonial com muitos quartos e cômodos, como comentado. Essa limitação de quartos no casarão e de casas, e, portanto, de espaços físicos para residência, é um dos fatores pelos quais o SITIOM não pretende mais receber mais moradores ou voluntários residentes.

Figura 7: Produção de pães com flores comestíveis



Fotografia tirada durante o trabalho de campo.
Abril de 2022.

Como práticas ecológicas, o espaço continha composteiras; sistemas de tratamento de águas cinzas e negras; um banheiro seco e seleção de resíduos para reciclagem. Apesar de ter como base os princípios da permacultura, percebeu-se que o foco ambiental era mais implícito¹⁹

¹⁹ Nesse sentido, segundo o entrevistado, algumas práticas ecológicas se realizam naquele espaço, mas não foram apresentadas e explicadas detalhadamente para os voluntários, a não ser se o voluntário buscasse isso por conta própria, o que não levava a um maior entendimento sobre permacultura ou sobre essas práticas sustentáveis.

no dia a dia, não sendo um dos assuntos mais abordados, o que foi comentado por um dos voluntários. Mas, o vínculo com a natureza era sempre comentado, em uma ideia de que eles faziam parte da natureza que ali estava.

O SITIOM é aberto para diversos tipos de eventos, e inclusive a maioria dos eventos realizados está relacionada com o sustento da comunidade. As visitas ecopedagógicas de escolas são um dos tipos de eventos que acontecem no local, e estão relacionados ao projeto do Quintal Educativo. O SITIOM recebeu escolas municipais graças ao edital do projeto “Refloresta seu coração”, que possibilitou o aluguel dos ônibus e o custeamento de outros recursos, em visitas de um dia, e já recebeu também escolas particulares, em um outro processo de visita. Nessas visitas, diferentes atividades e experiências eram propostas para as crianças, como o plantio em canteiros, oficinas, brincadeiras nos diferentes espaços, uma alimentação toda vegana, explicações de permacultura, entre outras coisas. Outros eventos que eram realizados eram almoços com os colaboradores do projeto do Refloresta, festas, eventos artísticos, festas juninas, cursos (de permacultura e agrofloresta, por exemplo), formações de educadores, e outros eventos culturais. Nesse sentido, o período mais intenso da pandemia afetou a forma como o SITIOM realizava suas atividades, fazendo com que a comunidade se voltasse muito mais “para dentro do que para fora”, não havendo a realização de eventos que procurassem atrair o público externo.

No período de pandemia, a comunidade estabeleceu um controle rigoroso da entrada e saída de seus moradores, de forma a evitar que toda a comunidade fosse contaminada. Apesar dos efeitos negativos generalizados, inclusive em relação aos ganhos da ecovila, a pandemia representou para o SITIOM um momento de aprofundamento de laços entre a comunidade e de repensar sua trajetória e novos objetivos, em contraste com experiências comunitárias que tiveram suas limitações agravadas e cada vez mais explícitas, havendo inclusive casos de uma pausa na vida em comunidade e das demais práticas ou mesmo do fim de experiências. A abertura do SITIOM para visitas e voluntariados voltou no segundo semestre de 2021, e em 2022 diversos eventos já haviam sido realizados, sendo que eles já haviam voltado à sua agenda “normal”.

Em relação à tomada de decisões e aos processos participativos, toda semana aconteciam duas reuniões na comunidade: uma com todos os moradores e voluntários, as quais constituíam rodas de conversas sobre o que cada um estava sentindo, sobre o que estavam achando da experiência e sobre possíveis incômodos; a outra envolvia apenas moradores e voluntários residentes, e embora uma horizontalidade fosse buscada, havia uma certa hierarquia

que delegava as decisões mais importantes aos gestores. Nesse caso, os residentes, embora pudessem falar e serem ouvidos, não tinham poder de decisão para definir o que seria feito pela comunidade. Cada núcleo tinha autonomia para planejar suas atividades e tinha um orçamento, distribuído conforme as necessidades apresentadas (a cozinha e a infraestrutura eram os que mais recebiam recursos).

Em relação à trajetória da comunidade, percebeu-se que há uma alta rotatividade de membros, visto que a maioria dos moradores não tinha mais de três anos que vivia ali e, portanto, possuíam um intervalo de tempo relativamente curto de vivência naquele espaço. No entanto, nas conversas sobre a história do SITIOM, foi comentado que foi mais recentemente que a comunidade começou a ficar mais consolidada e estruturada, sendo que muito do que a comunidade é hoje teve grande participação desses novos moradores. A comunidade se iniciou em 2012, com a vinda da Bel, de suas filhas e de seu companheiro juntamente com mais 3 amigos para morar no casarão, transformando a propriedade que era de sua família (que foi uma facilidade para a concretização do projeto) em um lugar de moradia coletiva que tinha como objetivo ser cada vez mais sustentável. Segundo a fundadora, essas pessoas que iniciaram a comunidade queriam “sair da sobrevivência para viver”. Ao longo desse tempo, Bel e um outro morador mais antigo, Caio, disseram que muitas coisas mudaram e que alguns dos moradores originais se envolveram ou com outras experiências comunitárias ou tomaram outras trajetórias de vida. Essa rotatividade de membros, novas ideias e adaptações que foram se dando na história do SITIOM contribuíram para que Bel definisse o SITIOM como um “lugar de transição”, o qual, segundo ela, ainda é muito dependente e ligado a alguns setores do modo de produção vigente.

A vida na comunidade foi caracterizada por todos os entrevistados como mais tranquila, de maior qualidade em relação ao ambiente urbano do qual a maioria dos moradores e voluntários vieram. Sentimentos de leveza e de felicidade compartilhada foram citados, assim como o reconhecimento de que lá havia uma outra utilização e organização do tempo, que permitia o ócio criativo, um tempo para lazer e contemplação, sem a necessidade de estar produzindo o tempo todo. Assim, as rotinas foram caracterizadas como mais saudáveis, com o melhor aproveitamento do tempo, mais movimentadas, com o desenvolvimento da cooperação e a solidariedade sendo desenvolvidas o tempo todo pela própria estrutura da comunidade e organização das atividades. Um dos moradores, Samuel, já citado anteriormente, comentou que na rotina no SITIOM cabiam necessidades e satisfações tanto individuais, quanto coletivas, ou seja, do espaço.

Os voluntários trabalhavam as 4 horas por dia durante a semana, e no restante do dia estavam livres para conhecer o espaço e para a realização de outras atividades. Já os moradores e os residentes, além de trabalharem juntamente com os voluntários nas atividades dos seus respectivos núcleos, trabalhavam mais 2 horas no planejamento das atividades a serem realizadas, e a maioria ainda trabalhava no período da tarde em suas profissões (como autônomos, *freelancers*). Essa diferença de ritmos da casa, entre os voluntários que ficam pouco tempo (e muitas vezes estão de férias ou mochilando) e quem mora ali também foi um aspecto comentado pelos moradores e residentes, que precisavam lidar com uma disputa interna entre se dedicar ao trabalho e aos estudos e participar do que acontece no casarão. Um espaço próprio para os moradores ajudaria nesse sentido, na separação desses momentos.

Apesar da rotina de trabalho cansativa, os moradores e residentes comentaram que gostavam muito do que faziam, o que fazia do trabalho que coordenavam no SITIOM prazeroso, e que não envolvia um cansaço emocional (geralmente). Além disso, a certa união entre os trabalhos mais braçais e manuais e o trabalho intelectual configurava uma forma de trabalho não alienada e mais alinhada com seus valores e objetivos. A carga de trabalho de cada um depende dos projetos que escolhem, e eles comentaram sobre o cuidado que precisavam ter para não voltar a uma rotina sobrecarregada e estressante.

A convivência em coletivo, por sua vez, era considerada um outro pilar da rotina no SITIOM. O compartilhamento do espaço, das experiências, dos momentos de trabalho, de reflexões foi citado tanto por voluntários quanto por residentes e moradores. Bel, ao responder sobre quais momentos mais gostava em sua rotina, citou os trabalhos com os mutirões, as refeições, as celebrações, os momentos em que estavam mais juntos eram os seus preferidos, pois conseguia sentir a força e a potência do coletivo quando se juntavam para um objetivo. Esses momentos também apareciam nas respostas dos outros entrevistados, mostrando a beleza e a diversidade na disponibilidade de encontros com o outro na comunidade.

Foi relatada a ideia de que as coisas ficam mais fáceis quando mais pessoas, com os mesmos ideais, juntam-se para realizar os projetos e dividir as tarefas, pois as coisas ficavam menos pesadas em matéria de trabalho e mais realizáveis. Muitos viam o futuro no coletivo e no resgate da ideia de comunidade do passado, das aldeias e das tribos, no sentido de uma fraternidade que era mais presente na vida das pessoas, embora nessa fala não tenha ficado claro se o entrevistado realmente tinha a dimensão do que seria essa ideia do passado. Dentro disso, um dos voluntários comentou que acredita que o futuro existe nas pequenas comunidades, na forma como usam os recursos, de forma a viver com menos, mas melhor. As pequenas

comunidades, segundo ele, são espaços que devem ser multiplicados, pois são espaços onde há criatividade de pensamento e de ações, algo essencial para sustentar a vida no planeta.

Contudo, ao mesmo tempo em que o coletivo se configurava como uma força, também se apresentava como um desafio. A articulação entre os espaços privados e coletivos, das pessoas com quem se mora, mas também se trabalha, e a interação com pessoas de comportamentos e personalidades diversos, com que não necessariamente escolheriam conviver (isso mais para os moradores do que para os voluntários, que experienciavam a comunidade temporariamente), fizeram parte dos comentários dos entrevistados sobre as dificuldades que são encontradas na vida em comunidade, composta por choques e conflitos. Para lidar com essas questões, a comunicação, o constante diálogo e a inteligência coletiva de procurar ferramentas para impedir que as desarmonias se tornem mais profundas se mostraram essenciais, assim como a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o individual e o coletivo, de forma que as pessoas não se dissolvam no coletivo, perdendo sua individualidade, mas, por outro lado, também não fiquem presas ao individualismo, fechando-se nos seus próprios interesses.

A comunidade SITIOM ainda está em construção e reconhece que ainda há muitas melhorias e coisas a serem implantadas para tornar o espaço cada vez mais sustentável e coerente com o discurso que promove. Não havia uma romantização das práticas, embora todas fossem valorizadas e consideradas sustentáveis no geral, e os moradores soubessem dos conflitos (principalmente entre o individual e coletivo) e das contradições que estavam presentes, reconhecendo comodismos e dependências do mundo capitalista que poderiam ser minimizadas, de forma a gerar menos lixo, consumir menos industrializados e embalagens, mudar as fontes de energia e o sistema de esgoto. Havia, portanto, um desejo de sempre buscar uma maior autossustentabilidade, e que vai sendo realizada aos poucos.

Foi observado que o universo do cotidiano, dos hábitos e das pequenas ações e decisões, como a forma de se alimentar, tem grande ênfase na comunidade e é considerado essencial para o planeta, pois as mudanças “pequenas” têm grande peso quando realizadas por muitas pessoas. Começar fazendo o mínimo, na cultura cotidiana, segundo eles, compostando, reciclando, plantando alguns alimentos, já faz uma grande diferença. Nesse sentido, a maioria dos entrevistados considerava seu estilo de vida como alternativo e contracultural (ainda que não de maneira “extremista” ou radical), no qual a cooperação e a solidariedade eram estimuladas, visto que suas vidas diferiam em muito da vida de seus familiares, amigos e conhecidos.

Sobre as práticas realizadas no SITIOM, as que eram consideradas mais marcantes pelos entrevistados foram a forma de plantio, a relação dessa com a alimentação vegana e a importância dada à educação. No plantio, era evidente o movimento circular proposto pela permacultura: a composteira fornecia adubo para que as plantas se desenvolvessem, e os canteiros, hortas e espaços de plantio forneciam os alimentos que eram preparados na cozinha, cujas sobras depois retornavam à composteira.

Já a educação era vista como uma forma de plantar sementes de mudanças nas pessoas que passam por ali, tanto crianças quanto adultas, promovendo a transformação dos sujeitos, mesmo que em atitudes específicas, como no repensar de seus hábitos de consumo ou na adoção de alguma das práticas observadas. A educação era vista como esperança e investimento no futuro, como uma das formas de ser sustentável e mudar a realidade. A isso se relaciona a força do exemplo que comunidades como essa apresentam, que não são ideais ou perfeitas, mas, pelas práticas e valores que ali se fazem presentes, mostram alternativas de como se relacionar com a natureza, de como atuar no mundo, passando de uma escala micro para uma macro.

Contudo, apesar da maioria dos entrevistados considerar as práticas desenvolvidas no SITIOM contraculturais, dois comentários podem ser destacados. O primeiro feito pela Bel, fundadora do SITIOM. Seu comentário enfatizava o fato de que atualmente existem muitas contraculturas diferentes, sendo que o movimento alternativo é muito amplo, e os focos são distintos para cada comunidade, o que tornaria o SITIOM um dos tipos de contracultura possíveis. Já o outro comentário foi feito por outro morador, Samuel, que considera o SITIOM não como uma forma de contracultura, mas de *outra* cultura, que mostra outras formas de existir de maneira menos conflituosa com a natureza em sua totalidade e outros indivíduos.

Assim, a ideia de que as ecovilas e comunidades intencionais são “laboratórios de experimentação” era reforçada pelas falas dos entrevistados. Nesse espaço, há um contínuo processo de construção, aprendizados que vão sendo incorporados e práticas que vão sendo testadas e aperfeiçoadas, buscando-se estar sempre em direção a uma melhoria, em um “aprender fazendo”, sendo que o aprender também se constitui parte do processo. Como comentado por uma das moradoras, Gabriela (gestora da cozinha), há uma busca de construção de uma autonomia que se sustente, e não de uma utopia que não existe, e muito disso se pauta pelo que pode ser realizado em determinado período.

De acordo com Bel, eles vão se transformando conforme o mundo se transforma e novas pessoas chegam, trazendo outros olhares e outras propostas que podem ser consideradas e

adotadas. A experimentação passa também pelo que pode ser mantido a longo prazo e pela sustentabilidade financeira da comunidade, questão que foi comentada especialmente pelos moradores, que pretendem permanecer ali por mais tempo. Já para a sustentabilidade ambiental como um todo, como o SITIOM se autodefine como um espaço permacultural, conferindo importância às práticas ecológicas, diversos conhecimentos e tecnologias são combinados, e há uma valorização e resgate dos saberes e práticas dos povos originários e tradicionais, principalmente em relação às plantas medicinais, sementes crioulas e nas lidas com os ciclos naturais no plantio. O modo de vida desses povos é visto como um exemplo de modo de vida em comunidades sustentáveis.

Para os moradores e voluntários residentes, a participação no SITIOM, um lugar com o qual havia um sentimento de pertencimento (ainda que este tenha se dado em um curto período), incentivava-os buscarem uma melhora constante e a uma desconstrução de ideias preconceituosas e de práticas alienadas, sendo que o espaço os influenciava a determinadas atitudes e fez parte da sua evolução pessoal. Para eles, a defesa de seus ideais e pautas em sua vida cotidiana e naquele lugar podia ser considerada mais importante do que o engajamento político em movimentos sociais ou em partidos. No entanto, a comunidade também se posiciona politicamente em postagens nas redes sociais e nos boletins mensais que produz, como, por exemplo, em épocas de eleições ou em relação à questão palestina.

Além disso, os entrevistados consideravam que o anticapitalismo era compartilhado por todos, pelo entendimento de que a maneira como esse modo de produção é, funciona e se reproduz não funciona bem para a maioria das pessoas e para o meio ambiente, pois é baseado na valorização do lucro em detrimento do bem-estar e na exploração e no consumo cada vez maior dos recursos naturais, que são finitos. Havia, portanto, esforços das pessoas para que se desconstruíssem dos valores impostos e aprendidos no contexto capitalista. No entanto, o ideal anticapitalista não era adotado da mesma maneira pelos indivíduos, pois cada um partiu de um lugar diferente, e alguns de posições privilegiadas. Dessa forma, não havia uma única identidade política ou bandeira defendida pela comunidade, como por exemplo a defesa de um Estado de bem-estar social ou uma crença maior no anarquismo, e isso também foi comentado como uma coisa a se melhorar na comunidade: o alinhamento sobre o que defendem e o que pretendem ser. No entanto, esse alinhamento político não era visto como prioridade, e os entrevistados também não comentaram sobre como isso seria definido.

Apesar do ideal anticapitalista, a comunidade não está desvinculada do modo de produção vigente. As relações dialéticas ficam evidenciadas pela dependência da comunidade

de muitos insumos que eram comprados e dos trabalhos que realizavam fora do SITIOM para complementar a renda dos moradores e residentes, pois estes não conseguiam se sustentar somente com os trabalhos que realizavam na comunidade, algo que inclusive foi apontado como uma meta a ser alcançada, ou seja, conseguir fornecer um salário para cada morador. Um dos comentários que surgiu durante as entrevistas foi o de que contornar completamente o modo capitalista de produção é praticamente impossível, e que a comunidade, caso buscasse isso, teria que se estar disposto a passar por dificuldades maiores. Outro ponto comentado nessa relação com o capitalismo foi o fato de não precisar descartar as estruturas capitalistas para construir algo novo, e sim aproveitá-las de forma subversiva.

Sobre a sustentabilidade financeira da comunidade, verificou-se que as principais entradas eram pelos aluguéis dos moradores, pelos recursos vindos dos eventos realizados e pelos editais de financiamento dos quais a comunidade participa. Esses recursos iam para um “caixa”, direcionado às contas de energia, água e internet, aos gastos com a alimentação (da parte que não era produzida na comunidade), no investimento nos diferentes núcleos de acordo com seus projetos e necessidades e à manutenção dos espaços. No entanto, Bel disse que já tinha tirado dos próprios recursos em momentos específicos, como na pandemia, para evitar que a comunidade fechasse o mês no vermelho. Já as necessidades individuais eram pagas pelos outros trabalhos que os moradores e voluntários realizavam. No caso do edital “Refloresta meu coração”, os recursos foram divididos para serem distribuídos aos poucos para os voluntários residentes e moradores.

Por fim, embora não se autointitule como uma ecovila, a comunidade estudada aproxima-se da ideia de ecovila institucional, categorizada por Arruda (2018). Segundo a autora, as ecovilas institucionais são estabelecimentos com função de moradia associada

cujo objetivo primário é a difusão da permacultura, da agroecologia, da bioconstrução e do conceito de ecovilas na sociedade. Não raro associam educação ambiental e capacitação técnica à atividade turística, gerando uma espécie de eco-edu-turismo baseado em cursos, programas de voluntariado e organização de mutirões, que podem ser vivências pontuais ou imersivas. Oferecem hospedagem tanto comercial como solidária, principalmente na forma de estágio, quando a permanência se estende por um período mais longo, numa troca de benefícios mútuos entre instituição e visitante (ARRUDA, 2018, p. 167).

Nelas, o envolvimento com as populações residentes nas redondezas e no município ocorre por relações de vizinhança e pela promoção de atividades culturais e de instrução, o que foi observado na análise da comunidade, além de estabelecerem relações com agentes externos, como escolas e ONG's (entre as quais a Rizomar, que está auxiliando a comunidade a se

constituir como uma ecovila propriamente dita), as quais, no estudo de caso, podem ser exemplificadas pelas visitas ecopedagógicas e pela participação em um edital para financiamento.

Embora a questão da propriedade da terra não esteja resolvida, pois o terreno ainda pertence à família da Bel, – o que impede que o espaço seja considerado de todos (na forma jurídica de associação dos moradores) –, e a maior parte dos moradores vivam concentrados no casarão (em uma espécie de *cohousing*, moradia compartilhada), não tendo, portanto, as suas próprias casas (sendo que alguns não têm certeza se querem isso), a maioria dos entrevistados consideravam o SITIOM uma ecovila ou algo próximo disso, embora se deva ressaltar que alguns não conheciam o conceito. Soma-se a isso o fato de a comunidade estar atrelada à GEN (*Global Ecovillage Network*), que reúne 32 diretrizes amplas sobre ser uma ecovila²⁰, as quais integram as dimensões ecológica, econômica, social e cultural para regenerar os ambientes sociais e naturais. Exemplos de diretrizes da GEN seguidas pelo SITIOM são: a agricultura regenerativa; a restauração de ecossistemas e o estímulo à biodiversidade; o trabalho com os resíduos como um recurso a ser aproveitado; o desenvolvimento de processos decisórios participativos; o enriquecimento da vida com a arte e com celebrações; a reconexão com a natureza e o comprometimento com estilos de vida de baixo impacto ao ambiente; e o estímulo ao autoconhecimento e à autorreflexão.

Todos apontavam que, caso ela não fosse uma ecovila, poderia vir a ser uma, se a comunidade como um todo decidisse por esse direcionamento, o que está acontecendo atualmente. As definições de ecovilas apresentadas pelos entrevistados foram: um espaço demograficamente ocupado de forma consciente, com vertentes de atuação construídas e executadas por seus moradores, e que funciona de maneira socioambiental; uma forma de vida compartilhada que se preocupa em ter a ecologia como base; um lugar autossuficiente e composto por relações não somente de trabalho e moradia, onde as pessoas conseguem ter sua individualidade e o coletivo respeitados; comunidades independentes, sustentáveis e horizontais; assentamentos sustentáveis diversos; um vilarejo dentro de um ecossistema, com menos impactos à natureza, e como um lugar de educação; comunidades que envolvem uma harmonia coletiva, um viver ecológico, baseado em princípios que vão sendo construídos, e a produção de recursos e da alimentação; ou um espaço onde diferentes indivíduos vivem e

²⁰ As 32 diretrizes da GEN estão disponíveis em <<https://prezi.com/view/bOjFnQaBH20H8Ysdp8LS/>>.

compartilham ideais em comum (principalmente ambientais), e que buscam a autossuficiência e o cultivo, uma vida no coletivo de muita ajuda.

3.1 Os percursos até o SITIOM

Quando perguntados sobre o que os levou a estar ali, a maioria dos entrevistados²¹ comenta sobre a necessidade que sentiram de buscar um estilo de vida que fizesse mais sentido para eles, pois vinham de contextos em que viviam um estilo de vida marcado pela insatisfação pessoal, apesar de possuírem condições materiais melhores, no sentido do poder de compra e consumo. Todos comentaram sobre como o processo de mudança para o SITIOM, ou o processo de “mochilar” e conhecer outros lugares e outras comunidades, começou com perceber o incômodo e o certo vazio que sentiam na vida urbana, de onde a necessidade de saída desse contexto.

A maioria dos entrevistados (vindos principalmente da Grande São Paulo) que comentaram sobre a cidade e o estilo de vida “convencional” que acreditam que a ela se relaciona, compartilhavam que se sentiam muito presos e imersos no trabalho, em ganhar dinheiro, em uma vida marcada pelo consumo e por relações superficiais (a exemplo das relações líquidas e descartáveis descritas por Bauman, 2001). Essas formas de trabalho e de socializar, das imposições que sentiam - como a pressão de estar o tempo todo produzindo ou de buscar coisas que dentro de seu círculo social era considerado sinônimo de uma boa vida, mas que depois se revelavam futilidades e apelos ao consumo –, passaram a ser vistas como negativas. Outros aspectos que foram vistos como negativos em seu estilo de vida anterior e que motivaram a mudança eram o distanciamento com a natureza, a poluição, a falta de preocupação com o destino do lixo e dos recursos, a “correria” cotidiana e a questão da falta de tempo para se dedicar a outras coisas que não o trabalho. Como exemplo, pode-se citar a fala de uma das entrevistadas, Beatriz (gestora da agrofloresta), que vivia em um apartamento no centro de São Paulo, na Frei Caneca, algo que é considerado um sinônimo de sucesso e realização pessoal para muitas pessoas que vivem na metrópole, mas que começou a notar que isso não a fazia feliz. A partir desse momento, para conhecer outras formas de viver e plantar, ela alugou um sítio em Itapevi, no estado de São Paulo, onde começou a testar técnicas

²¹ O quadro com o nome, gênero, idade, formação e local de origem dos entrevistados pode ser observado no anexo 3.

agroecológicas de plantio. Em 2021, quando soube, pelas redes sociais, que havia uma vaga para a gestão da agrofloresta SITIOM, mudou-se para a comunidade.

Essa mudança de visão, de valores e de prioridades envolveu um processo interno de tomada de consciência pelos entrevistados²², de entender que o bem-estar não é só pautado pelo consumo, poder de compra, ou pelas coisas que simbolizam isso, e que o viver bem não será sustentável enquanto estiver pautado por isso, como citado por um dos moradores. Segundo as entrevistas, a isso se atrelou também um processo de autoconhecimento, de forma que pensassem sobre suas reais necessidades e sobre quem queriam ser e como iam atuar, pensando sobre os impactos para o meio ambiente e para as futuras gerações. A partir desses processos chegaram a uma escolha de mudança – elemento essencial para se entender a formação das comunidades intencionais –, a partir da compreensão de que há outras opções, caminhos e estilos de vida diferentes possíveis - os quais não são uma utopia distante e inalcançável -, e que novas relações podem ser criadas, consigo mesmo, com o outro e com o ambiente. Sobre essa questão da escolha, deve-se ressaltar que os entrevistados comentaram sobre o lugar de privilégio que ocupam, de poder optar por uma mudança e de buscá-la, sabendo que nem todas as pessoas têm essa oportunidade, tanto por condições financeiras quanto pelo conhecimento dessas outras opções, ou mesmo por não as enxergar como viáveis. Nessa última opção, os moradores, residentes e voluntários viam a necessidade dessas experiências serem divulgadas e conhecidas, de forma a mostrar as alternativas que existem, motivando outros indivíduos a optarem por novos estilos de vida, que também precisam ser acessíveis para uma diversidade maior de pessoas.

A respeito dessa inclusão e diversidade de pessoas dentro da comunidade, o espaço era aberto para qualquer um que quisesse estar ali (como voluntário, já que não havia mais vagas para morador), mas não plenamente acessível pelos investimentos de tempo e recursos para estar ali, e isso envolve também problemáticas do próprio capitalismo e das desigualdades que ele produz. Como já comentado, muitos dos entrevistados falaram que a comunidade era uma espécie de bolha social, com pessoas brancas em sua maioria, relativamente jovens, com ensino superior (na área das ciências humanas aplicadas, principalmente) e que vieram de condições sociais e econômicas mais favoráveis.

²² Isso se relaciona com a transformação do interior dos indivíduos nas comunidades alternativas, abordada no capítulo 2.

Tornar o espaço aberto a mais pessoas é uma meta da comunidade, e algumas ações têm sido tomadas, como os valores diferenciados (o solidário, o justo e o abundante) para os voluntários, com vagas sociais, e as visitas ecopedagógicas de escolas públicas. Contudo, outras ações foram apontadas como necessárias, como a pesquisa sobre o período em que aquela propriedade foi um espaço colonial e abrigou pessoas escravizadas, a fim de que uma reparação histórica e uma ressignificação sejam pensadas para o lugar.

3.2 A visão da natureza, sustentabilidade e permacultura

Dentro da mudança de concepções, a visão sobre a natureza é uma importante chave interpretativa para entender esse tipo de comunidade. O dualismo moderno entre sociedade e natureza, presente no paradigma hegemônico de pensamento, separa o ser humano da natureza e a vê como objeto de suas ações. A esse respeito, Daniele, responsável pela coordenação do projeto educativo do SITIOM, comentou em entrevista que as crianças também não se entendem como natureza, aprendendo a amar a natureza somente para o seu lazer. Essa visão contrasta com o que as pessoas entrevistadas entendem por natureza e com os princípios estabelecidos pela comunidade do SITIOM: a natureza é tudo e integra os seres humanos, que são seres pensantes dentro dela. Em vista disso, os entrevistados comentaram que chegaram ao questionamento de como contribuiriam positivamente para a natureza, de como assumiriam responsabilidade pelo seu cuidado e permanência, sabendo que também fazem parte dela. Portanto, a natureza era vista por eles como abundante, fornecedora de muitos aprendizados, e é a sociedade que precisaria se adaptar a ela e se reconectar com seus ciclos.

Essa reconexão da humanidade com a natureza, fundamentada no entendimento dos tempos e ciclos naturais e da responsabilidade com a manutenção dos recursos, esteve presente nas falas dos entrevistados quando estes eram perguntados sobre o que entendiam por sustentabilidade e permacultura, e essa aproximação também era considerada como um dos pilares do estilo de vida que tinham na comunidade. A sustentabilidade era vista como uma forma de utilização consciente dos recursos, de maneira que os menores danos e impactos fossem feitos. Esse conceito já era relacionado pelos entrevistados às referências permaculturais antes mesmo da pergunta específica sobre permacultura (a qual era entendida como uma visão de mundo para a longevidade do planeta), pois sustentabilidade e permacultura estão interligadas nas práticas e nas formas de lidar com tudo, na compreensão de que a permanência em um lugar e a perpetuação de um sistema de vida só são possíveis através do aproveitamento

responsável dos recursos desse lugar (que retornarão para retroalimentar o sistema) e da busca de autonomia na troca e na produção, evitando trazer recursos de fora. Assim, estar em contato com a natureza, conseguindo usar das coisas que se tem, até as que parecem descartáveis, de uma forma que se sustente, definia um estilo de vida sustentável: uma ecologia prática, que observa o que entra e sai do sistema em um movimento circular, buscando dar destino a tudo.

4. ECOVILAS: UMA TERRITORIALIDADE ALTERNATIVA?

A ligação das ecovilas com o conceito de território é evidente, já que a ecovila pode ser considerada como uma tentativa de resposta territorializada às crises do projeto civilizatório contemporâneo. Assim, estamos nos referindo a uma forma de territorialização, que supõe relações de poder e não é proposta pelo Estado, mas por grupos específicos.

Santos Santana (*et al*, 2021) afirma que a existência de uma comunidade está condicionada à ocupação de um espaço mediante o compartilhamento de uma identidade, sendo que esta é refletida no território, o qual é mais do que um espaço geográfico, é um espaço vivido e compreendido pelos membros de uma comunidade. Essa noção territorial é reforçada por Santos Júnior (2006), para quem as ecovilas bem-sucedidas em seus projetos são experiências praticadas com um forte sentido vivencial e territorializado, sendo que a sustentabilidade em si pressupõe um enraizamento tanto do ponto de vista territorial quanto cultural. Essa territorialização da comunidade se dá por meio de formas específicas: ela acontece sob uma perspectiva ecológica e que envolve a realização de práticas alternativas, na qualidade de uma contracultura espacial que se manifesta e se produz no espaço distintamente do que o fazem territórios produzidos em função do capital e de interesses hegemônicos, com estratégias próprias de organização social e de sobrevivência econômica, visto que são experiências singulares.

De acordo com Damiani (2021), as territorialidades definem numerosas formas de poder e uso do território. O uso do território nas ecovilas é definido por uma conscientização, a qual motiva esse uso a ser cada vez menos impactante para os ciclos naturais que acontecem no lugar, enquanto as relações de poder são definidas por relações mais horizontais entre os indivíduos, além de uma relação que não envolve a dominação da natureza, mas de complementaridade entre os seres humanos e a natureza (BÔLLA; MILIOLI, 2018).

Já para Raffestin (1993), as territorialidades são dinâmicas e se originam num sistema sociedade-espço-tempo, buscando a maior autonomia possível. Esse conceito resumiria, de algum modo, “a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação” (p.161). Isso pode ser observado nos objetivos das ecovilas, que almejam uma maior autossuficiência e o fazem de maneira sustentável.

Além disso, levando em consideração que as territorialidades refletem a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma comunidade

(RAFFESTIN, 1993, p. 158), sendo construídas por relações existenciais e produtivas, podemos dizer que as ecovilas, ao proporem outras relações com a natureza e entre os indivíduos, mais harmônicas e alternativas à lógica capitalista, levam à constituição de territórios diferenciados, produzindo assim, novas territorialidades. Essas relações existenciais e produtivas propõem a interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais, também modificando a si próprios (KAROL, 2009), um processo que está em contínua construção nessas comunidades.

As ecovilas, portanto, quando genuínas e comprometidas com a sustentabilidade, transformam lugares já existentes, em uma construção social que envolve novas formas de produção e gestão de recursos, delimitando relações sociais mais cooperativas e solidárias e incluindo outras temporalidades, que não só a do capital. Delas podem se derivar territorialidades contestadoras do sistema hegemônico, e, portanto, alternativas às territorialidades capitalistas, que a elas são exteriores, e com as quais relacionam-se dialeticamente. As relações com o entorno, assim, são um aspecto essencial a ser considerado na interpretação das ecovilas como territorialidades. Essas buscam influenciar a vizinhança e divulgar suas práticas, mas também desenvolvem relações de contraste, pois são contraculturas e afirmam isso a partir de suas práticas espaciais.

A comunidade estudada, embora não apresente mudanças radicais em relação ao estilo de vida motivada pelo modo de produção capitalista, é constituída por relações próprias e singulares que também caracterizariam possíveis territorialidades. Os indivíduos que dela fazem parte produzem diariamente aquele espaço com suas ações e práticas, que são pensadas de acordo com aquilo que acreditam, e se apropriam dele, sendo que o espaço passa a fazer parte de sua identidade, de como esses indivíduos definem a pessoa que são e que querem ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ecovilas, enquanto comunidades alternativas que almejam a sustentabilidade, representam sim uma potencialidade e uma possibilidade na construção de novas relações com o território, produzindo-o de forma mais harmoniosa, solidária e consciente, em uma experiência territorial que se posiciona contra o tempo acelerado, o individualismo, as relações impessoais e o imperativo do consumo, tão característicos do modo de produção capitalista. Nesse sentido, diante da crise ambiental e das condições degradantes a que muitas vezes a vida está submetida, o estudo desse tipo de comunidade e de seu funcionamento (além de sua manutenção e reprodução a longo prazo) mostra-se relevante, principalmente por ele se constituir como alternativa a ser trilhada por parte da sociedade brasileira, na busca de uma maior qualidade de vida e de uma reapropriação e valorização da natureza, de forma a garantir sua permanência.

No entanto, tais experimentações sociais não devem ser romantizadas e focadas apenas em suas potencialidades, mas devem ser vistas pela ótica dialética, em uma análise de como elas se realizam concretamente. Apesar da intenção por trás desse tipo de experiência, não inexistem conflitos, relacionados principalmente à sustentabilidade financeira e à autossuficiência das comunidades dentro da atual economia de mercado, à alta rotatividade de seus membros, à acessibilidade dessa experiência para os diversos segmentos e classes sociais, à unidade do movimento de ecovilas, que é muito contrastante e plural, à falta de diretrizes para esse movimento na legislação brasileira, e à efetividade dessas comunidades no planejamento de sociedades futuras, em mudanças que não sejam só culturais.

As análises e observações realizadas tanto a partir da bibliografia quanto do trabalho de campo revelaram um pouco da complexidade e da diversidade com a qual o fenômeno recente das ecovilas se mostra e se espacializa em território brasileiro. Dentro desse contexto maior, o estudo de caso demonstrou que, apesar de não haver mudanças bruscas em todas as dimensões da vida, o pensamento e os ideais presentes, a rotina flexível proposta, e a busca de produzir o próprio alimento e por uma vida em comunidade (composta por moradores e voluntários) já tornariam o espaço contracultural, pela concretização, portanto, de relações existenciais e produtivas próprias das pessoas que o vivem e o produzem. Em outras palavras, construir essa outra cultura também envolve a produção de novas territorialidades.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2016.

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.

ARRUDA, Beatriz Martins. **O Fenômeno de Ecovilas no Brasil Contemporâneo**. 2018. 205p. Tese (Mestrado em Urbanismo). PUC-Campinas, 2018.

AUROVILLE. Disponível em: <<https://auroville.org/>>. Acesso em fev. de 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BÔLLA, Kellye Daiane Savariz; MILIOLI, Geraldo. **Pensamento complexo, sociedade de consumo e perspectivas de sustentabilidade no universo e dinâmica das ecovilas**. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 24, n. 2, p. 55-81, mai/ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1698>. Acesso em janeiro de 2021.

CAMPOS, J. L. A., DA SILVA, T. C., & DE ALBUQUERQUE, U. P. **Observação Participante e Diário de Campo: quando utilizar e como analisar?** In: *Métodos de pesquisa qualitativa para a Etnobiologia*, 2021, pp. 95-112. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Campos/publication/351492815_Observacao_Participante_e_Diario_de_Campo_quando_utilizar_e_como_analisar/links/609a9c1d299bf1ad8d937f5c/Observacao-Participante-e-Diario-de-Campo-quando-utilizar-e-como-analisar.pdf>. Acesso em 09 de set. de 2022.

CAVALCANTI, Andrea Douat Loyola. **O mal-estar do coletivo: uma análise sobre as liberdades individuais dentro de uma ecovila**. Pesquisas e práticas psicossociais, São João del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-16, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082019000200015>. Último acesso em 25 de fevereiro de 2024.

COMUNIDADE CAMPINA. Disponível em: <<http://www.comunidadecampina.org/>>. Acesso em agosto de 2022.

CUNHA, E. V. **A sustentabilidade em ecovilas: Práticas e definições segundo o marco da economia solidária**. Tese Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A geografia que desejamos**. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 83, p. 57-90, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/762>. Acesso em: 17 mar. 2024.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Geografia política e novas territorialidades**. Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. Tradução . São Paulo, SP: Contexto, 2021.

DIAS, M. A. *et al.* **Os sentidos e a relevância das ecovilas na construção de alternativas societárias sustentáveis**. Revista Ambiente & Sociedade, v. 20, p. 79-96, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0083V2032017>. Acesso em novembro de 2021.

DILGER, Gerhard *et al.* **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Roxa Luxemburgo, 2016.

DOS SANTOS SANTANA, E *et al.* **Ecovilas, o que podemos aprender com uma nova definição ancorada na construção deste fenômeno hodierno?** Revista SUSTINERE, Rio de Janeiro, v.9, p.35-50, março/2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/sustinere.2021.53526>. Acesso em dezembro de 2021.

ECOVILA CLAREANDO. Disponível em: <https://www.clareando.com.br/ecovila.html>>. Acesso em agosto de 2022.

ECOVILA PIRACANGA. Disponível em <https://www.ecovilapiracanga.com.br/>>. Acesso em agosto de 2022.

ECOVILA VALE DO ÉDEN. Disponível em: <http://www.ecovilavaledoeden.com.br/quem-somos/>>. Último acesso em 24 de fevereiro de 2022.

EL NAGUAL. Disponível em: <<https://elnagualbrasil.com/sobre-nos>>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

FERREIRA, Denison da Silva. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, 2014.

FINDHORN. Disponível em: <<https://www.findhorn.org/about-us/>>. Último acesso em 27 de fevereiro de 2024.

FOTOPOULOS, Takis. **The limitations of Life-style strategies: The Ecovillage “Movement” is NOT the way towards a new democratic society.** Disponível em: <https://www.inclusivedemocracy.org/dn/vol6/takis_trainer_reply.htm>. Acesso em fevereiro de 2024.

FUINI, Lucas Labigalini. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações.** Geografia Ensino & Pesquisa, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

GEN. **Map of regeneration.** Disponível em: <https://prezi.com/view/bOjFnQaBH20H8Ysdp8LS/>. Acesso em mar. de 2024.

KAROL, Eduardo. **As Noções de Territorialidade e Supraterritorialidade fragmentos de um debate.** Revista Vozes em Diálogo, v. 2, n. 4, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/vozesemdialogo/article/view/943/874>>. Acesso em mar. de 2024.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAJEROWICZ, Ilana; TOGASHI, Rafael; VALLE, Isabel. **Ecovilas Brasil: caminhando para a sustentabilidade do ser.** Ed. Bambual. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://bambuaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Ecovilas-Brasil_Bambual-Editora_download-gratis.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

MARCOS, V. de. **Alternative per la produzione agricola contadina nell’ottica dello sviluppo locale autosostenibile.** Dottorato di Ricerca in Geografia e Pianificazione del Paesaggio per la Valorizzazione del Patrimonio Storico-Ambientale. Tutor: QUAINI, Massimo. Dipartimento POLIS, Facoltà di Architettura dell’Università degli Studi di Genova, XVI Ciclo, Apr. 2004. 626 p.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante.** Boletim Paulista de Geografia, n. 84, p. 105-136, 2006.

MARQUES, M. I. M. **Natureza e sociedade**. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Rita de Cássia Ariza da Cruz. (Org.). A necessidade da geografia. 1ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 175-190.

PEREIRA, C. **O que é contracultura**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.

PRADO, G.I.G. **Ecovilas: História, práticas e a busca por uma “nova” economia**. 2018. 110p. Tese (Monografia de Bacharelado em Economia). UFRJ, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

Rede CASA Brasil. Mapeamento de Ecovilas e Comunidades Regenerativas no Brasil. Publicado em 6 de dez. de 2022. Disponível em: <https://www.redecasabrasil.org/post/mapeamento-de-ecovilas-e-comunidades-regenerativas-no-brasil-2022>. Acesso em março de 2024.

ROCHA, Heliana Faria Mettig. **O lugar das práticas comunitárias emergentes: caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos**. 2017. 316p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). UFBA, 2017.

ROYSEN, Rebeca. **Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa**. 2013. 246p. Tese (Mestrado em Psicologia Social). USP, 2013.

ROYSEN, Rebeca; MERTENS, Frédéric. **O Nicho das Ecovilas no Brasil: Comunidades isoladas ou em diálogo com a sociedade?**. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science, v. 6, n. 3, p. 99-121, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i3.p99-121>. Acesso em dezembro de 2021.

SANTOS, L. **A permacultura como dispositivo de ressignificação do espaço geográfico**. Florianópolis, SC: Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182866>>. Acesso em 26 de fev. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Severiano José dos. **Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo**. In: Encontro da ANPPAS, III, Brasília – DF. Anais. Brasília: Associação Nacional Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006. p.1-16.

SANTOS JÚNIOR, Severiano José dos. **Zelosamente habitando a terra: ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas**. Tese de doutorado em Geografia. 444 p. UFBA, 2016.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial**. Universidad Nacional de La Plata, 2015.

SILVA, Luis Fernando de Matheus e. **Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura**. 2013. 338p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). USP, 2013.

SILVA, Luis Fernando de Matheus e. **Viver de forma sustentável ou contribuir para a sustentabilidade do capital? As contradições que permeiam a práxis das ecovilas em tempos neoliberais**. Revista Geografias, p. 41-53, 2014.

SIQUEIRA, Gabriel. **Mapeamento de Ecovilas e Comunidades Alternativas do Brasil**. Publicado em 08 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://irradiandoluz.com.br/2015/10/ecovilas-e-comunidades-no-brasil.html>>. Último acesso em 28 de fevereiro de 2024.

SITIOM. Disponível em: < https://www.instagram.com/_sitiom/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

TAVARES, A. P. **O que são comunidades alternativas**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1985.

TRAINER, Ted. **Debating the Significance of the Global Eco-village Movement: A Reply to Takis Fotopoulos**. *Democracy & Nature*, 8:1, 143-157, 2002. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10855660120117719>>. Acesso em fevereiro de 2024.

WORLDPACKERS: trabalho voluntário e intercâmbio cultural pelo mundo. Disponível em: <https://www.worldpackers.com/pt-BR>. Último acesso em 24 de fevereiro de 2022.

ANEXO 1

Proposta de roteiro para entrevistas aos moradores do espaço permacultural SITIOM e para questões a serem observadas

{Moradores e Voluntários Residentes}

Perguntas gerais – Perfil dos moradores e voluntários residentes da “ecovila”:

Nome

Idade

Gênero

Cor/Raça

Escolaridade (formação profissional antes da ecovila, se ainda exerce ou não)

Local onde morava antes

Há quanto tempo está na ecovila?

Voluntário residente ou morador?

Perguntas específicas – Trajetória

Como você conheceu o espaço permacultural SITIOM?

Já teve contato com outras ecovilas ou experiências do tipo (comunidades ecológicas, comunidades alternativas)?

O que motivou a mudança ou a visita para o SITIOM? Havia alguma insatisfação ou algo que te incomodava em seu estilo de vida anterior?

Que tipo de experiência ou o que você buscava ao decidir pela mudança?

Se é um dos membros fundadores, como foi o processo de construção do SITIOM para o que ele é hoje?

Como foi o processo de adaptação à vida na comunidade? Houve um rompimento considerável com o antigo estilo de vida?

Perguntas específicas – Relação do morador com a ecovila/SITIOM

Como você define sua visão de mundo?

Qual a sua visão sobre sustentabilidade?

O que você considera como permacultura? Por que o SITIOM seria um espaço permacultural?

Como você definiria o estilo de vida no SITIOM? Quais são os principais pilares desse estilo?

Os contrastes entre seu estilo de vida de agora e de antes da mudança para o SITIOM são marcantes? Quais as principais diferenças entre os estilos em questão de valores e práticas? Exigiu uma mudança de pensamento, da forma como você antes interpretava o mundo?

Você considera seu estilo de vida alternativo?

Você sente que faz parte de uma comunidade? Como é a sua relação com os demais moradores?

Você sente que a vida no SITIOM é uma forma de se viver mais apartado da sociedade e do sistema político e econômico no geral ou considera que o SITIOM busca influenciar a sociedade (e seus arredores) e ajudar a construir um modelo mais sustentável de vida para mais pessoas?

Como é o seu cotidiano? Quais são as atividades você realiza normalmente, tanto aqui como em uma profissão de fora?

Qual momento do dia ou qual prática você mais gosta na vida no SITIOM?

Quem faz parte da gestão da comunidade? Como você participa das decisões tomadas no SITIOM?

Quais são as técnicas e práticas sustentáveis e socioambientais mais marcantes adotadas pela ecovila?

Você considera que o SITIOM tem uma prática contracultural em relação a um contexto maior?

Como você vê a idealização e o funcionamento do SITIOM? Como você definiria essa comunidade, quais são suas principais características?

Você costuma sair com frequência do SITIOM para realizar outras atividades?

Você considera que há um conflito entre o privado e o comunitário aqui? (Se a resposta for sim) Há como equilibrar os dois?

O que você considera que pode ser melhorado no SITIOM? Quais suas metas para a comunidade e dentro dela?

Quais são as relações da comunidade com sujeitos e instituições a nível local?

Você considera o SITIOM inclusivo em questões de diversidade?

Você considera que o espaço SITIOM tem defeitos? Se sim, quais?

Como você se vê no futuro? Ainda morando em uma comunidade?

Você se considera engajado politicamente na questão ambiental e em outras questões (como pela igualdade social)? Como é a sua relação com a política de maneira geral no Brasil?

Você considera que há uma relação de identidade com o espaço no qual vive? Qual a importância do lugar para suas relações com a natureza, com a comunidade e consigo mesmo?

Como você vê a natureza?

Como você entende a espiritualidade?

Como funciona a questão da cooperação e da solidariedade aqui?

A comunidade tem um partido? O ideal anticapitalista é compartilhado pela comunidade? Com quais outros movimentos a comunidade se relaciona (feminismo, veganismo, etc.)?

Você considera que comunidades como essa são sustentáveis e importantes para o planeta?

O que você considera como ecovila?

Considera que o SITIOM pode vir a constituir uma ecovila?

Já houve contato do SITIOM com trabalhos e pesquisas acadêmicas? Se sim, quais? Como os moradores e a liderança veem a relação do movimento de ecovilas e de sua comunidade com a Academia? O que acham que a Academia precisa explorar mais?

Perguntas para os membros mais antigos e outras questões a serem observadas

Como foi o processo de idealização do SITIOM?

Quais são os objetivos e valores fundamentais do SITIOM?

Sobre o histórico do SITIOM, quando o projeto se concretizou (fundação) e como foram os primeiros anos? (Pergunta para a Bel e o Céu) Quantos estavam no início? Esse número mudou muito ao longo do tempo?

Quais foram e são as dificuldades enfrentadas pelo SITIOM para a sua constituição e continuação?

Como é o processo para morar no SITIOM?

Como o SITIOM se descreve?

O SITIOM é um projeto *grassroot* (de baixo pra cima, originado na base)?

Qual a visão da sustentabilidade praticada aqui? Sua definição de sustentabilidade equivale aos ideais da comunidade?

Como se deu e se dá o sustento da comunidade? Qual a principal fonte de renda hoje? Como a renda é administrada pela comunidade? Como os moradores contribuem para a manutenção da ecovila?

Quais atividades são realizadas na ecovila? Quais as práticas socioambientais mais evidentes? (mais para observação)

Como se dá a produção de alimentos? Qual a forma de agricultura?

Como se dá a vida em comunidade? Como é o cotidiano de trabalho? Há uma rotina estabelecida? (mais para observação)

Como são os processos de tomada de decisão?

ANEXO 2

Roteiro de entrevista – *Voluntários*

Nome:

Idade:

Escolaridade/Profissão:

De onde você é?

Você participa de algum movimento de conscientização? Se sim, qual? (Movimento feminista ou negro, movimento em prol do veganismo, movimentos políticos, movimentos estudantis ou de ativismo ambiental).

Como você resume sua trajetória de vida até aqui?

Como você conheceu o SITIOM e o que te atraiu a vir visitar a comunidade?

Há quanto tempo está no SITIOM?

O que tem achado da experiência?

O que você esperava encontrar aqui? Em relação às suas expectativas, como você avalia sua experiência? Dê exemplos.

Quais sentimentos e sensações você vivencia enquanto está aqui?

Quais atividades você realizou/tem realizado enquanto esteve aqui?

Quais eventos e atividades que acontecem na comunidade você mais gosta?

O que você tem por sustentabilidade? Você considera que comunidades como essa são sustentáveis e importantes para o planeta?

Como foi e é sua relação com os moradores e os outros voluntários?

Você percebe algo de diferente na relação das pessoas que vivem aqui com o lugar?

Você acha que os valores e práticas dessa comunidade contrastam com a vida que você leva? Ou com o estilo de vida “hegemônico”/fora daqui?

Você considera o SITIOM inclusivo em questões de diversidade?

Você vê algum ponto a ser melhorado aqui no SITIOM?

Você se vê no futuro morando em comunidade como essa?

Você já visitou outras comunidades como essa? Como foi sua experiência? Do seu ponto de vista, você encontrou problemas ou pontos a serem melhorados nessas outras comunidades? Se sim, quais?

Você conhece o movimento das ecovilas? Sabe o que uma ecovila é?

Você já chegou a visitar uma ecovila? Se sim, o que achou da experiência?

Você acha que o Espaço SITIOM se assemelha a uma ecovila? Se sim ou se não, justifique o seu ponto de vista. (Caso o voluntário saiba o que é uma ecovila).

Por último, o que você vai fazer quando sua experiência de voluntariado aqui acabar?

ANEXO 3

Perfil dos entrevistados

Entrevistado (a)	Idade	Gênero	Formação e escolaridade	Onde morava antes	Relação com o SITIOM
Bel	37	Feminino	Ensino superior completo em Jornalismo, pela Universidade Anhembi Morumbi	São Paulo,SP	Fundadora e moradora
Daniele	28	Feminino	Ensino superior Completo em Artes, pela Universidade Ítalo Brasileiro, e cursando Pedagogia na UNIBF.	Cotia, SP	Moradora e gestora do Quintal Educativo
Dan	27	Masculino	Licenciatura em Biologia pela Universidade de Buenos Aires	Buenos Aires, Argentina	Voluntário
Rebeca	24	Feminino	Ensino superior completo em História, pela Universidade de São Paulo	São Paulo,SP	Voluntária residente do núcleo educativo
Ana	27	Feminino	Ensino superior completo em Marketing, pela Universidade de São Paulo	São Paulo,SP	Voluntária residente da Agrofloresta
Bia	27	Feminino	Ensino Superior completo em Design de Produtos, pela Universidade Belas Artes	São Paulo e Itapevi, SP	Moradora e gestora da Agrofloresta
Samuel	35	Masculino	Cenógrafo com formação superior incompleta, pela Faculdade Integrada de Guarulhos e pela FMU	Botucatu, SP	Morador e gestor da Infraestrutura
Nicole	23	Feminino	Ensino superior incompleto em Ciências Biológicas, pela UNIVALE, SC	Itapema, SC	Voluntária
Jacob	26	Masculino	Ensino superior completo em Ciência Política na Universidade da Flórida	Denver,EUA	Voluntário

Igor	31	Masculino	Ensino superior completo em Jornalismo e Comunicação Social	Recife, PE	Voluntário (pela 2ª vez)
Gabi	25	Feminino	Ensino superior completo em Direito, pela Faculdade de Direito de SBC	São Bernardo do Campo, SP	Moradora e gestora da Cozinha

ANEXO 4

Prints de alguns sites das ecovilas

- Ecovila Vale do Éden:

Associação Vale do Éden

Santuário Vale do Eden

SOBRE ▾ NOVIDADES CONTRIBUA APOIO ▾ CONTATO

O que é o Vale do Éden?

O Vale do Éden é uma ecovila sem fins lucrativos localizada no Brasil, em Goiás, zona rural do município de Aragoiânia a 32 km da capital. Idealizada e fundada em 2014 pelo artista Saga.

Aqui fundimos nossos corações em um só sonho por meio de um estilo de vida sustentável e comunitário, compartilhando um espaço e cuidando da terra para que ela possa cuidar de nós.

Buscamos maior qualidade de vida harmonizando com a natureza e com o próximo. Buscamos ser uma referência de que com ações simples e conscientes somos capazes de viver melhor.

Incentivamos a colaboração mútua, relações sinceras, trabalhos de cunho social local e oportunidades para que cada um aja de acordo com suas possibilidades, valores e arte.

Rock en la mata



Vivência COM a natureza
22/05/22
(inclui certificado)

Vivência COM a natureza

- Ecovila Piracanga:

Quem Somos

“Piracanga é um mundo que existe em si mesmo — em uma dimensão mágica e única. Lugar em que o céu encosta na terra. Ponto de encontro entre as águas.”



Paraíso no Nordeste do Brasil, no estado da Bahia, a 250 km da capital Salvador. Piracanga está no começo da Península de Maraú, próxima aos destinos turísticos de Itacarê (35 km) e Barra Grande (45 km). A **Ecovila Piracanga** está em uma região rural e litorânea, em área de proteção ambiental, no município de Maraú.

Nosso jardim é a Mata Atlântica. Rio e manguezal são o nosso quintal. A praia é a extensão da nossa casa. Mar azul esmeralda entre as orlas de Pontal e Algodões. Uma bela caminhada avistando coqueiros e a biodiversidade preservada.

A **Ecovila Piracanga** é um assentamento humano. Comunidade em desenvolvimento. Pessoas conectadas pela natureza, experimentando um modo mais natural de viver. Somos um organismo vivo, inspirando autoconhecimento e expirando mais consciência.

- Ecovila El Nagual:

Conheça o EL NAGUAL

A história de 33 anos deste projeto ecológico ainda está em andamento. Milhares de pessoas já visitaram a Reserva e plantaram sua sementinha, nos ajudando a dar forma a esse projeto. Mas ainda estamos em evolução e sentimos que ainda há muito o que fazer. Queremos criar uma pequena comunidade estável a longo prazo, capaz de trabalhar, treinar e receber pessoas por curtos períodos para aprendizado. Tudo com o objetivo de mostrar ao mundo que é possível viver de modo sustentável.

Venha conhecer de perto o nosso trabalho e vivenciar essa experiência de mudanças de hábitos para um estilo de vida mais sustentável!